

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL  
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Jovana Bernardt

**SUICÍDIO DE FUMICULTORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE  
FAMILIARES NO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS  
2021

**Jovana Bernardt**

**SUICÍDIO DE FUMICULTORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE FAMILIARES  
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Terapeuta Ocupacional**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Tatiana Dimov

Santa Maria, RS  
2021

**Jovana Bernardt**

**SUICÍDIO DE FUMICULTORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE FAMILIARES  
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Terapeuta Ocupacional**.

**Aprovado em 04 de fevereiro de 2021:**

---

**Tatiana Dimov, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Marcos Antônio de Oliveira Lobato, Me. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2021

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos(as) fumicultores(as) que lutam diariamente por sua sobrevivência e de sua família, apesar de estarem submetidos a um sistema de trabalho que os oprime e adocece. Dedico também a todo(as) aqueles(as) que cometeram suicídio, pois foram estas pessoas que me motivaram a pesquisar e escrever este trabalho, apesar das dificuldades encontradas neste percurso.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente as políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil, que me permitiram chegar até Universidade Federal de Santa Maria e cursar Terapia Ocupacional. Aos professores e as professoras que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para minha formação profissional e pessoal. A minha orientadora, Tatiana Dimov, por me guiar nesta trajetória, por compartilhar seus conhecimentos e me servir de inspiração profissional. Ao professor Marcos Antônio de Oliveira Lobato, por aceitar fazer parte da banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso. A todos(as) participantes desta pesquisa, por se disporem a dialogar sobre este tema que é tão difícil, o suicídio. E por fim, agradeço a todos(as) aqueles(as) que acreditam e lutam por um ensino superior gratuito, de qualidade e acessível.

## RESUMO

### SUICÍDIO DE FUMICULTORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE FAMILIARES NO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Jovana Bernardt  
ORIENTADORA: Tatiana Dimov

O Rio Grande do Sul se destaca no cultivo do fumo, sendo o estado brasileiro responsável pela maior produção de tabaco do país. Pesquisas apontam que o cultivo do tabaco pode ser bastante insalubre, levando os fumicultores a sofrerem com doenças em decorrência da produção de fumo, dentre estes problemas de saúde o suicídio de fumicultores é alarmante. De acordo com o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul do ano de 2018 o estado apresenta uma média de suicídio quase duas vezes maior que a média nacional. A partir destes dados foi realizada uma pesquisa com objetivo de identificar que fatores socioculturais e psicológicos podem estar associados ao suicídio de fumicultores no estado. Este trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória, em que são realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, uma representante do MPA, e um informante-chave da comunidade. A partir das entrevistas já realizadas apareceram alguns fatores em comum nas narrativas dos familiares no que se refere à relação com as fumageiras, como o endividamento e a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações relacionadas aos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização. Também é possível identificar prevalência de suicídio no sexo masculino, o que é associado ao estereótipo ligado a imagem do homem do campo.

**Palavras-chave:** Tabaco. Agricultor. Saúde Mental. Suicídio.

## **ABSTRACT**

### **SUICIDE OF TOBACCO FARMERS FROM THE PERCEPTION OF FAMILY MEMBERS IN RIO GRANDE DO SUL**

**AUTHOR:** Jovana Bernardt

**ADVISOR:** Tatiana Dimov

Rio Grande do Sul stands out in the cultivation of tobacco, being the Brazilian state responsible for the largest tobacco production in the country. Research points out that tobacco cultivation can be quite unhealthy, leading tobacco farmers to suffer from illnesses due to the production of tobacco, among these health problems the suicide of tobacco farmers is alarming. According to the Bulletin of Epidemiological Surveillance of Suicide and Attempted Suicide in Rio Grande do Sul in 2018, the state has an average suicide rate almost twice the national average. From these data, a research was carried out with the objective of identifying which socio-cultural and psychological factors may be associated with the suicide of tobacco growers in the state. This work is the result of an exploratory research, in which semi-structured interviews are carried out with family members of tobacco farmers who have committed suicide, EMATER / RS-ASCAR and CEREST workers, a representative of the MPA, and a key informant of the community. From the interviews already carried out, some factors appeared in common in the family members' narratives regarding the relationship with tobacco companies, such as the indebtedness and the lack of autonomy of tobacco farmers in the negotiations related to the price adjustment indexes of tobacco and commercialization. It is also possible to identify the prevalence of suicide in men, which is associated with the stereotype linked to peasant's image.

**Keywords:** Tobacco. Farmers. Mental Health. Suicide.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação do Fumicultores do Brasil
BAT	British American Tobacco
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER/RS-ASCAR	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
OMS	Organização Mundial da Saúde
SINDITABACO	Sindicato das Indústrias do Tabaco
SIPT	Sistema Integrado de Produção do Tabaco
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Determinantes contextuais (ambiente físico e construído, ambiente socioeconômico e de interação social e cultural) da saúde mental.....	61
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das Mesorregiões do Rio Grande do Sul.....	12
Figura 2 - Mapa das Regiões de Saúde do Rio Grande do Sul.....	13

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
3.1 RESGATE HISTÓRICO SOBRE O CULTIVO DO TABACO NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS .....	15
3.2 PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA RELACIONADOS AO CULTIVO DO TABACO.....	18
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>24</b>
4.1 DESENHO DO ESTUDO .....	24
4.2 SUJEITOS .....	25
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO .....	25
4.4 CAMPO DE ESTUDO.....	26
4.5 TÉCNICA DE COLETA.....	27
4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	28
4.7 ANÁLISE DO MATERIAL.....	29
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>30</b>
5.1 FUMICULTRA COMO PARTE CONSTITUINTE DE UMA CULTURA E IDENTIDADE LOCAL .....	30
5.2 RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE FUMICULTORES E FUMAGEIRAS .....	35
<b>5.2.1 Dificuldade de negociação dos preços dos insumos e valor do fumo por parte dos fumicultores com as fumageiras</b> .....	<b>37</b>
<b>5.2.2 Endividamento dos fumicultores</b> .....	<b>43</b>
5.3 SAÚDE MENTAL E SUICÍDIO DE FUMICULTORES .....	49
<b>5.3.1 Mudança de humor apresentada antes do episódio de suicídio do fumicultor</b> .....	<b>58</b>
5.4 A QUESTÃO DO GÊNERO NO SUICÍDIO DE FUMICULTORES .....	67
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>82</b>
<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> ....	<b>83</b>
<b>ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE</b> .....	<b>86</b>
<b>ANEXO C- AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>87</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>88</b>
<b>APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES</b> .....	<b>89</b>
<b>APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORES</b> .....	<b>91</b>

## **1 APRESENTAÇÃO**

Meu interesse por pesquisar sobre o suicídio de fumicultores surgiu há algum tempo, desde os primeiros contatos com informações sobre saúde e segurança dos fumicultores. A partir de minha formação em segurança do trabalho e minha experiência de vida, pois sou de família produtora de tabaco, pude compreender que o trabalhado no cultivo do fumo é insalubre, pois tenho conhecimentos dos processos de trabalhado envolvidos nesta atividade. A partir de meus estudos passei a refletir que talvez, fatores além da insalubridade do trabalho e das relações bioquímicas/fisiológicas que os agrotóxicos utilizados no cultivo do fumo podem causar no organismo dos fumicultores, podem estar implicadas no adoecimento e suicídio destes sujeitos, como fatores socioculturais e psicológicos.

Ainda na infância ouvia meus familiares comentarem sobre os dois irmãos e a irmã de meu avô materno que haviam cometido suicídio, porém pouco era falado sobre essas situações, e quando surgia este assunto era possível perceber que meus familiares o evitam ao máximo, pois lhes causava, e ainda causa, muito sofrimento.

Já na faculdade fui identificando minha inclinação ao campo da saúde mental. A partir de discussões com professores(as) nas disciplinas de saúde mental, saúde coletiva e saúde do trabalhador, meu interesse em pesquisar sobre quais fatores podem estar associados aos suicídios de fumicultores foi se intensificando. E entendendo a complexidade envolvida no suicídio, optei por pesquisar quais os fatores socioculturais e psicológicos podem estar associados ao suicídio de fumicultores.

## 2 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados da OMS (2000), a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo. O suicídio está entre as três maiores causas de morte entre pessoas com idade entre 15-35 anos. Estima-se que cada suicídio tem um sério impacto em pelo menos outras seis pessoas. Sendo que o impacto psicológico, social e financeiro do suicídio em uma família e comunidade é imensurável. Segundo o de Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa Suicídio do estado do Rio Grande do Sul (2018), o suicídio é um fenômeno social que constitui um problema de saúde pública, especialmente neste estado do país.

O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de suicídio quase duas vezes maior que a média nacional, segundo o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul (2018) foram registrados 1.166 óbitos por suicídio no ano de 2016, correspondendo a uma taxa de 11,0 suicídios por 100.000 habitantes, quase duas vezes maior que a média nacional que é de 6,13 suicídios por 100.000 habitantes. Viana et al. (2008), apontam que a profissão que está em segundo lugar com maior frequência de suicídio na região sul do Brasil é de agricultores/lavradores, sendo a principal hipótese para esta situação as condições de trabalho dos agricultores. No estado do Rio Grande do Sul há predomínio do setor agrícola, especialmente de produção de tabaco, sendo o estado brasileiro com a maior produção de fumo em folha do país (VARGAS e OLIVEIRA, 2012).

A Região Central do estado do Rio Grande do Sul concentra a maior produção de tabaco deste estado, na Figura 1 pode ser observada a divisão em mesorregiões do estado. As regiões de Saúde Verdes Campos e Vale do Rio Pardo/Santa Cruz do Sul (na Figura 2 podem ser observadas as regiões de saúde do estado do Rio Grande do Sul) estão localizadas na Região Central do Rio Grande do Sul e apresentam altos índices de suicídio, além de serem compostas por municípios, como Agudo, Candelária e Venâncio Aires, que são reconhecidos pela alta produção de tabaco, sendo que esta cultura se constitui como a principal fonte de renda dos agricultores destes municípios (IBGE, 2018).

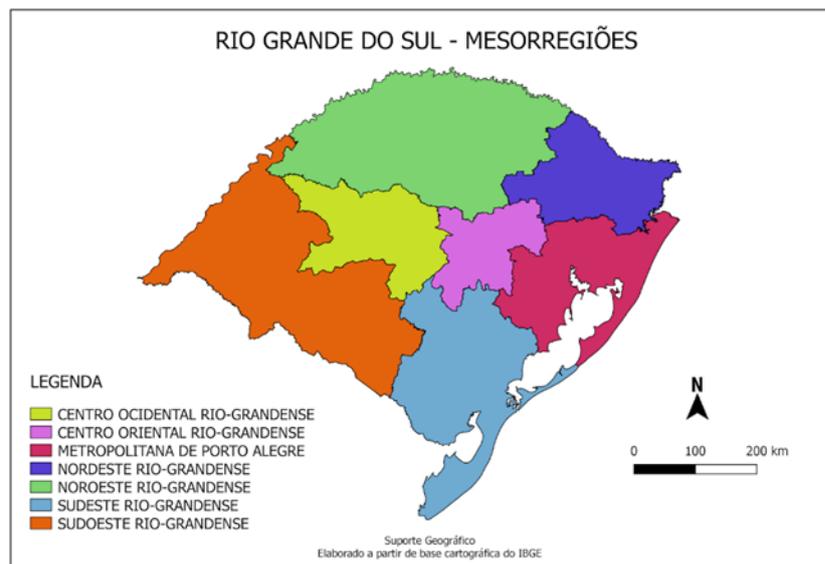
Portanto a coleta de dados ocorreu com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, um representante do MPA, e um informante-chave da comunidade da Região Central do Rio Grande do Sul, de municípios que compõem as regiões de saúde Verdes Campos e Vale do Rio Pardo/Santa Cruz do Sul.

Tendo como objetivo identificar quais fatores socioculturais e psicológicos podem estar associados ao suicídio de fumicultores foi empreendida uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com realização de entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores

que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, um representante do MPA, e um informante-chave da comunidade, afim de identificar a percepção destes sobre os fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores.

Afim de explorar as questões em comum que surgiram nas narrativas dos sujeitos da pesquisa e contrastar com a literatura, foram elaboradas categorias de análise, sendo estas, Fumicultura como parte constituinte de uma cultura e identidade local; Relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras; Dificuldade de negociação dos preços dos insumos e valor do fumo por parte dos fumicultores com as fumageira; Endividamento dos fumicultores; Saúde mental e suicídio de fumicultores; Mudança de humor apresentada antes de período de suicídio do fumicultor; A questão do gênero no suicídio de fumicultores.

Figura 1 - Mapa das Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Suporte Geográfico

Figura 2 - Mapa das Regiões de Saúde do Rio Grande do Sul



Fonte: Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul

### 3 JUSTIFICATIVA

#### 3.1 RESGATE HISTÓRICO SOBRE O CULTIVO DO TABACO NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS

Muitas são as histórias acerca do tabaco, local onde surgiu, os primeiros a cultivar a planta e o misticismo do seu uso, no entanto parece ser mais razoável os estudos que indicam o surgimento do fumo na América (SILVA, L., 2002). Porém, aqui será feito apenas um breve resgate histórico sobre o cultivo do tabaco, para posteriormente compreender como a fumicultura se tornou parte constituinte de uma cultura e identidade local. Segundo Almeida (2005) o tabaco é uma planta nativa da região Central da América cultivada por povos maias e astecas para fins místicos e religiosos. Apesar do tabaco ser cultivado muito antes da chegada dos colonizadores europeus nestas terras, foi através destes que o fumo obteve sua expansão mundial, especialmente partir da chegada de Cristóvão Colombo em 1492 em San Salvador, que escreveu cartas ao reino da Espanha com relatos sobre a planta (SILVA, L., 2002).

No Brasil o tabaco era cultivado ao longo do litoral por tribos indígenas, especialmente tupi-guarani e tupinambá, que conheceram a planta em suas migrações pela América e utilizavam-na para fins místicos/religiosos e medicinais (ALMEIDA, 2005 e SILVA, L., 2002). Foi através dos indígenas que os colonizadores europeus conheceram o tabaco, que até o século XVI era conseguido pelos portugueses através de escambo (SILVA, L., 2002).

Foi por volta de 1612 que o fumo passou a ser um gênero comercial na Europa e no Brasil, que rapidamente atingiu seu êxito comercial (SILVA, L., 2002). Com a expansão do consumo do tabaco pelo mundo os colonizadores portugueses assumiram a produção pois enxergaram uma possibilidade de render lucros a partir da comercialização do fumo (LAURENTINO, 2013). A produção de fumo no Brasil-colônia (século XVI ao século XIX) teve significativa importância, configurando-se naquela época em segundo lugar na economia do país (VOGT, 1994).

O início do cultivo de tabaco no Brasil se deu com a chegada dos colonos portugueses que plantavam para consumo próprio, porém à medida que o mercado do fumo foi se formando estes mesmos colonos passaram a produzir para abastecimento do mercado europeu. Desde o princípio o fumo era cultivado por colonos em áreas reduzidas, as primeiras lavouras de fumo surgiram em Pernambuco e Salvador, especialmente na Bahia. Segundo Biolchi (2003) do fim do período colonial até o início de século XX houve a diversificação do fumo brasileiro tanto em nível espacial, ou seja, da ampliação das áreas plantadas, como no processo de

industrialização e comercialização. Durante as três primeiras décadas do século XX o cultivo de fumo se expandiu do Nordeste para outras regiões do país, como para os estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e sobretudo na região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) devido a chegada de imigrantes alemães e italianos (BIOLCHI, 2003).

O Rio grande do Sul se destaca no cultivo do fumo, sendo o estado brasileiro responsável pela maior produção do país (LAURENTINO, 2013). A região Central do estado do Rio Grande do Sul é a região em que se concentra a maior produção de fumo do estado (VARGAS e OLIVEIRA, 2012), o cultivo de fumo nesta região teve início por volta 1824 por imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo e posteriormente colônia de Santa Cruz, atual município de Santa Cruz do Sul (SILVA, L., 2002). Silva, L., (2002) aponta duas principais razões para o êxito do cultivo de fumo nesta região, a primeira está ligada a visão de mercado, já que a europa preferia consumir fumos claros que era, e ainda é, o principal tipo de fumo produzido no Rio Grande do Sul. A segunda razão é pela colonização alemã, naquela época o governo liberou novas terras para plantio e incentivou através de políticas o desenvolvimento para agricultura.

Não é possível esquecer influência da imigração, sobretudo a alemã, na evolução da fumicultura nacional. Vale ressaltar aqui que o processo de imigração foi, da mesma forma, de iniciativa do governo imperial, que pagou as custas para a vinda de diversos imigrantes europeus, como foi o caso dos alemães que se deslocaram para São Leopoldo (RS), por exemplo, ainda na segunda década do século XIX. (SILVA, L., 2002, p. 52)

Lima (2007) aponta para três condições favoráveis ao desenvolvimento da fumicultura em Santa Cruz do Sul:

A evolução sócio-histórica da fumicultura rio-grandense concentrou se na região de Santa Cruz do Sul onde as condições eram favoráveis ao desenvolvimento da atividade, a saber: 1) a existência de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades; 2) a mão-de-obra disponível e afeita ao labor da cultura; e 3) uma infraestrutura básica de produção e comércio (p. 213)

No interior do estado do Rio Grande do Sul o município de Santa Cruz do Sul é conhecido como a “capital mundial do fumo”, pois especializou-se na produção do fumo em folha, tipo Virgínia (LAURENTINO, 2013), recebendo a primeira usina de processamento de fumo do país no ano de 1917, a “The Brazilian Tobacco Corporation” iniciativa da empresa inglesa British American Tobacco (BAT.), conhecida como Souza Cruz, sendo este considerado um marco para o produto, dando surgimento ao sistema de produção integrada, entre agricultor e indústria (SILVA, L., 2002).

O pico da expansão mundial do fumo se deu entre os anos de 1940 e 1980, com o advento da globalização, tornando o Brasil o maior exportador mundial de fumo (LAURENTINO, 2013). Atualmente o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco, atrás apenas da China, tendo o estado do Rio Grande do Sul como maior produtor de fumo do país, sendo que 64% dos municípios do estado estão envolvidos nesta atividade (ALMEIDA, 2005).

De acordo com Biolchi (2003) as duas Grandes Guerras foram os acontecimentos históricos que mais promoveram o consumo do cigarro mundialmente, já que este passou a ser o “consolo” dos soldados que lutavam nas batalhas. Nos anos sessenta fumar tornou-se um hábito da moda através das propagandas de televisão e filmes. Porém com o crescente consumo de cigarro, nos anos noventa tiveram início as campanhas antitabagistas alertando para os problemas de saúde causados pelo cigarro.

Esse intenso aumento na produção e consumo de tabaco gerou preocupação de gestores e órgãos de saúde que iniciaram os debates sobre os malefícios do consumo de tabaco para a saúde humana. Em 2004 chegava-se à marca de 1,3 bilhões de fumantes no mundo, e 80% destes viviam em países pobres, ou seja, o tabagismo está associado também ao agravamento da pobreza, pois na maioria destes países existe uma correlação entre tabagismo, baixa renda e baixo nível de escolaridade, além disso nos países pobres é mais barato comprar cigarro do que alimentos, o que leva uma pessoa dependente do tabagismo deixar de comprar alimentos ou outros bens para comprar cigarro. Diante deste cenário, em que o tabagismo gera agravamento da pobreza e problemas de saúde, este passou a ser considerado um problema de saúde pública.

O reconhecimento de que a expansão do tabagismo é um problema global fez com que, em 1999, os países membros das Nações Unidas propusessem durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 16)

O reconhecimento do tabagismo com um problema de ordem global foi de grande importância para a construção da redação da Convenção-Quadro, sendo o tratado adotado por unanimidade pelos 192 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) na 56ª Assembleia Mundial da Saúde em 2003. A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco contém em seu texto padrões internacionais para o controle do tabaco abrangendo medidas de controle do contrabando, política de impostos e preços, medidas que promovam a educação, comunicação e conscientização do público sobre tabagismo, apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, dentre outras medidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

O reconhecimento do tabagismo como um problema de saúde pública gerou uma série de debates a nível mundial, não só sobre o consumo do tabaco, mas também sobre seu cultivo. As autoridades reconheceram que as ações também deveriam se estender até os fumicultores, pois estes também estão expostos a inúmeros riscos à saúde, sendo necessário elaborar medidas para diminuição do cultivo do fumo, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (2003) apresenta um artigo que prevê o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis.

A fumicultura é amplamente criticada em virtude dos riscos colocados não somente à saúde dos fumantes, mas dos fumicultores, pois no decorrer do seu processo produtivo estes últimos são submetidos a diversas situações de insalubridade para sua saúde física e para sua saúde mental, situações estas denominadas riscos ocupacionais. (DREBES, 2019, p. 155)

A partir de tal explanação, a seguir será tratado sobre os problemas de saúde pública causados pelo cultivo do fumo, sempre com enfoque para o suicídio, já que é o tema deste estudo.

### 3.2 PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA RELACIONADOS AO CULTIVO DO TABACO

Pesquisas apontam que o cultivo do tabaco é bastante insalubre, o que leva os fumicultores a sofrerem com doenças em decorrência da produção de fumo, comprometendo a saúde destes agricultores de diferentes formas (CARGNIN et al., 2016; FALK et al., 1996; MENEGHEL e MOURA, 2018; MURAKAMI et al., 2017; RIQUINHO e HENNINGTON, 2014; VIANA et al., 2008;). Dentre as doenças apresentadas por fumicultores estão a doença da folha verde do tabaco, intoxicação por agrotóxicos, alterações na coluna, lesões musculoesqueléticas, distúrbios respiratórios e transtornos mentais, por exemplo depressão (CARGNIN et al., 2016; RIQUINHO e HENNINGTON, 2014). Podendo estes problemas de saúde serem mais frequentes quanto maior o tempo de exposição, pois segundo estudo de Cargnin et al. (2016, p.7), “quanto maior o tempo de exposição a cultura do tabaco, maior o risco de adoecer”. Neste mesmo estudo também se constatou a prevalência de tabagismo entre os fumicultores, com baixa dependência a nicotina, segundo Riquinho e Hennington (2014) fumar tabaco é uma estratégia dos agricultores durante a colheita do fumo para amenizar os sintomas da doença da folha verde do tabaco.

A doença da folha verde do tabaco é caracterizada por uma intoxicação de nicotina que atinge o fígado, sendo esta absorvida através da pele em virtude da manipulação de folhas verdes de fumo (RIQUINHO e HENNINGTON, 2014). A nicotina é uma droga psicoativa,

constituindo-se como princípio ativo do tabaco, que causa a doença da folha verde do tabaco, “essa intoxicação é intensificada no momento da colheita, durante as primeiras horas da manhã, quando as folhas molhadas e o suor do corpo facilitam a absorção dérmica pelo fato de serem colhidas manualmente e carregadas junto ao corpo” (CARGNIN et al., 2016, p. 2), e como o período da colheita do fumo é realizado no verão, quando as temperaturas são altas, é necessário executar esta tarefa cedo da manhã, antes que fique muito calor, propiciando que ocorra intoxicação por nicotina. O diagnóstico da doença da folha verde do tabaco é feito através de avaliação dos sinais e sintomas que podem ser provocados pela intoxicação, sendo os mais comuns, náuseas, vômitos, diarreia, tontura, dores de cabeça e dermatites (CARGNIN et al., 2016).

Segundo o estudo de Cargnin et al. (2016), as alterações de coluna e lesões musculoesqueléticas podem estar relacionados à força física que a atividade de produção do tabaco exige, já que é uma atividade manual e que demanda movimentos de agachar, levantar peso, permanecer curvado para colher as folhas no pé, permanecer durante horas em pé atando as folhas de tabaco, pendurar as varas de fumo na estufa, dentre outras atividades desgastantes.

Riquinho e Hennington (2014), assim como Cargnin et al. (2016), também apontam como problemas de saúde decorrentes do cultivo do fumo a doença da folha verde do tabaco, problemas respiratórios, lesões musculo esqueléticas devido a acidentes de trabalho, e acidentes e intoxicações por agrotóxicos. Diferentemente dos outros problemas de saúde, que ocorrem durante o período da colheita, as doenças respiratórias desenvolvem-se na etapa de classificação do fumo seco, devido “a exposição dos trabalhadores à poeira das folhas secas do tabaco, resultantes do processo de cura, concentra nicotina e outras substâncias químicas, resultando em possíveis danos ao sistema respiratório” (RIQUINHO e HENNINGTON, 2014, p. 4082).

Ainda segundo estudo de Riquinho e Hennington (2014), os fumicultores têm conhecimento do adoecimento como consequência do cultivo do tabaco, especialmente da doença da folha verde do tabaco como intoxicação por nicotina devido a colheita das folhas molhadas, as doenças respiratórias por conta da poeira e produtos químicos das folhas de fumo secas e as lesões dermatológicas por intoxicação de agrotóxicos, desenvolvendo, inclusive, algumas estratégias e proteção e tratamento para estes problemas de saúde.

Murakami et al. (2017), em seu estudo também expõem agravamentos a saúde de fumicultores causados por intoxicação por agrotóxicos, “os organofosforados, causam efeitos neurotóxicos de forma crônica: distúrbios psiquiátricos, cognitivos e neuropatia periférica” (PACHECO-FERREIRA, 2008 apud MURAKAMI et al., 2017 p. 569). Neste mesmo estudo

de Murakami et al. (2017), também foi identificado a presença de transtornos psiquiátricos menores em 39% dos fumicultores entrevistados.

Os organofosforados também podem afetar o sistema auditivo central e periférico causando perda auditiva, “é comum a disfunção auditiva causada por agrotóxicos ser uma perda auditiva neurossensorial” (MURAKAMI et al., 2017, p. 572). O estudo de Murakami et al. (2017), identificaram três manifestações mais comuns por intoxicação crônica devido a exposição a agrotóxicos, sendo estas, transtornos psiquiátricos menores, perda auditiva neurossensorial e polineuropatia tardia causada por organofosforados.

Além das doenças e agravos já citados anteriormente, também há os problemas de saúde mental que afetam os fumicultores, tendo destaque o suicídio. O estudo de Falk et al. (1966), sobre suicídio e doença mental é um dos primeiros com enfoque na saúde mental de fumicultores, especificamente por conta do alto índice de suicídios no município de Venâncio Aires/RS, “os índices de suicídio são alarmantes, levando Venâncio Aires (VA) a ter um dos maiores números de casos por cem mil habitantes no Brasil e até no mundo” (FALK et al., 1996, p. 6). Neste estudo os autores apontam como hipótese para o adoecimento mental dos fumicultores o uso de agrotóxicos organofosforados no cultivo do fumo, podendo estes causar síndromes cerebrais orgânicas ou doenças mentais de origem não psicológica.

Falk et al. (1996, p. 10), indicam que “os agrotóxicos organofosforados causam basicamente três tipos de sequelas neurológicas, após uma intoxicação aguda ou devido a exposições crônicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais”. Como efeitos comportamentais estes autores citam insônia ou sono conturbado (com excesso de sonhos e/ou pesadelos), ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de sequelas psiquiátricas (apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia). As variáveis comportamentais que podem ser afetadas devido ao uso de agrotóxicos organofosforados são a cognição, a fala e o estado emocional, com tendências aumentadas a depressão, ansiedade e instabilidade, que podem levar ao suicídio (FALK et al., 1996).

Como pode-se perceber o suicídio é um problema de saúde pública antigo no Rio Grande do Sul, de acordo com o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul (2018) foram registrados 1.166 óbitos por suicídio no ano de 2016, correspondendo a uma taxa de 11,0 suicídios por 100.000 habitantes, quase duas vezes maior que a média nacional que é de 6,13 suicídios por 100.000 habitantes. No entanto esta distribuição não é homogênea, sendo que algumas regiões do estado chamam a atenção pelo número expressivo de suicídio em comparação com outras regiões.

Em estudo realizado por Viana et al. (2008), uma das hipóteses para esta situação de suicídio seriam as condições de trabalho, visto que no Rio Grande do Sul há predomínio do setor agrícola, e de acordo com a pesquisa destes autores a profissão que está em segundo lugar com maior frequência de suicídio é de agricultores/lavradores.

Desta forma o estudo de Viana et al. (2008), corrobora com o estudo realizado por Meneghel e Moura (2018), acerca do suicídio de agricultores do município de Santa Cruz do Sul- RS, que aponta a prevalência de suicídio do gênero masculino, devido ao estereótipo ligado a imagem do homem, especialmente ao homem do campo, relacionado também a aspectos do trabalho, fatores culturais e individuais.

Meneghel e Moura (2018) observam que há prevalência de suicídio do gênero masculino, devido ao estereótipo ligado a imagem do homem, especialmente ao homem do campo, como aquele que é o chefe e provedor da família. Sendo o fracasso de perder toda a safra ou boa parte dela um fator que contribui para o adoecimento dos agricultores.

Viana et al. (2008), indicam como aspectos relacionados ao trabalho a incerteza da produção, a situação de atividade insalubre e o uso de agrotóxicos, especialmente organofosforados, que causam inúmeros prejuízos à saúde, dentre estes a depressão.

Meneghel e Moura (2018) apontam para outro fator que também contribui para o empobrecimento e conseqüentemente adoecimento dos agricultores, é a chegada do modelo capitalista no meio rural através das agroindústrias fumageiras internacionais (multinacionais) impondo o modelo tecnológico para ampliação e expansão da produção. Por meio do sistema de produção integrado do fumo as multinacionais fornecem insumos, sementes, agrotóxicos e auxílio técnico aos agricultores, impondo condições rígidas de produção. As fumageiras compram a matéria-prima, o fumo, do agricultor, e na indústria ocorre o beneficiamento, produção do cigarro, que em sua maioria é exportado, mantendo os fumeiros subordinados ao capital internacional.

Para Meneghel e Moura (2018) alinhado ao modelo capitalista de monopólio do mercado do fumo, mantendo os agricultores reféns e subordinados as multinacionais há também as questões climáticas que interferem intrinsecamente na produção (qualidade e quantidade) do produto e que não estão ao alcance e controle das pessoas. Tal modelo econômico causa efeitos nas subjetividades dos sujeitos, produzindo sentimento de impotência e desesperança, ligados a falta de autonomia e controle sobre a própria vida. Neste cenário de insegurança e incerteza do futuro têm início as alterações psíquicas e emocionais como angústia, ansiedade, tristeza e mal-estar, que podem evoluir para um quadro de depressão, fazendo com que o agricultor não veja outra saída, a não ser a morte.

Os autores Viana et al. (2008), baseados em outros estudos apontam para fatores genéticos e fisiológicos envolvidos em pacientes potencialmente suicidas, porém se faz importante considerar também os aspectos socioculturais, econômicos e psicológicos que estão implicados no suicídio, especialmente de fumicultores.

Conforme a OMS (2000, p. 4), “o suicídio é um problema complexo para o qual não existe uma única causa ou uma única razão. Ele resulta de uma complexa interação de fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais”. Por isso, aqui neste estudo estarão sendo explorados fatores socioculturais e psicológicos que podem estar envolvidos no suicídio de fumicultores.

De acordo com os dados da OMS (2000), a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo. O suicídio está entre as três maiores causas de morte entre pessoas com idade entre 15-35 anos. Estima-se que cada suicídio tem um sério impacto em pelo menos outras seis pessoas. Sendo que o impacto psicológico, social e financeiro do suicídio em uma família e comunidade é imensurável.

Segundo o Boletim Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil (2017, p.1):

O estigma em relação ao tema do suicídio impede a procura de ajuda, que pode evitar mortes. Da mesma forma, sabe-se que falar de forma responsável sobre o fenômeno do suicídio opera muito mais como um fator de prevenção do que como fator de risco, podendo, inclusive, se contrapor a suas causas.

Diante da discussão e dos argumentos desenvolvidos acima entende-se que se faz importante detectar os fatores de risco associados ao suicídio de fumicultores, de modo a auxiliar na elaboração de estratégias para prevenir o adoecimento mental e suicídio destes, pois ainda não há ações de saúde pública específicas a esta população.

Foram encontrados poucos estudos em que os sujeitos da pesquisa eram familiares de fumicultores que cometeram suicídio, e que tinham o intuito de investigar que fatores socioculturais e psicológicos podem estar associados ao suicídio de fumicultores. O enfoque da maior parte dos estudos encontrados é relacionado as condições de trabalho na fumicultura, o uso de agrotóxicos e a associação destes com os suicídios de fumicultores.

Portanto o objetivo geral deste estudo é identificar que fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul. E os objetivos específicos são: identificar se o fumicultor que cometeu suicídio apresentou mudança de humor antes do episódio suicida, a partir da percepção de familiares; identificar se a relação de trabalho entre empresa fumageira e fumicultor que cometeu suicídio pode estar

associada ao episódio suicida, a partir da percepção de familiares; e partir da percepção de trabalhadores da EMATER/RS-ASCAR e do CEREST, e de representante do MPA, identificar se há fatores socioculturais e psicológicos em comum associados aos episódios suicidas de fumicultores.

## 4 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, afim de compreender o fenômeno estudado em sua complexidade. A utilização da abordagem qualitativa nesta pesquisa justifica-se, pois “se atém na exploração, descrição e entendimento do problema” (MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M, 2017 p. 295). Problema este que é resultado da percepção da pesquisadora a partir de sua experiência de vida com a população pesquisada, na interação da pesquisadora com os participantes da pesquisa esta busca compreender o significado social que os pesquisados atribuem aos fatos (MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M., 2017). Para que a pesquisadora pudesse realizar uma análise de dados satisfatória conforme a abordagem qualitativa, o número de casos pesquisados é relativamente pequeno, pois a análise de dados deve ser profunda, a fim de compreender o fenômeno em sua complexidade.

### 4.1 DESENHO DO ESTUDO

A partir da abordagem qualitativa, sendo esta pesquisa classificada como exploratória, o desenho de estudo utilizado é a investigação narrativa. Sendo que “a investigação narrativa é um desenho de pesquisa determinado e interpretado de forma ampla que envolve relatos narrativos individuais e a interpretação de seus significados” (DRIESSNACK; SOUSA; MENDES, 2007). Os relatos narrativos foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, que se realizaram com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-ASCAR) e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Região Centro Santa Maria (CEREST), uma representante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul (MPA), e um informante-chave da comunidade. Estes relatos narrativos foram gravados, e posteriormente transcritos na íntegra.

Foram escolhidos participantes que tinham relação próxima com o fumicultor que cometeu suicídio, sendo que o objetivo do pesquisador foi identificar que fatores podem estar associados ao suicídio de fumicultores a partir da narrativa dos participantes da pesquisa, tendo em vista que “indivíduos são propositadamente selecionados para participarem em estudos de investigação narrativa baseado no foco da pesquisa e critério sob estudo” (DRIESSNACK; SOUSA; MENDES, 2007).

## 4.2 SUJEITOS

Para esta pesquisa foram entrevistados, três familiares de fumicultores que cometeram suicídio, dois trabalhadores da EMATER/RS-ASCAR e dois trabalhadores do CEREST, uma representante do MPA e um informante-chave da comunidade.

Foram entrevistados familiares de fumicultores que cometeram suicídio da Região Central do Rio Grande Sul, que é a região em que se concentra a maior produção de fumo do estado (VARGAS e OLIVEIRA 2012). A escolha de familiar de primeiro ou segundo grau se deu, pois pretendeu-se coletar informações subjetivas e do cotidiano do fumicultor que cometeu suicídio, por isso o familiar deveria ser próximo e ter vínculo com o fumicultor.

Entende-se que os trabalhadores da EMATER/RS-ASCAR e do CEREST, a representante do MPA e o informante-chave da comunidade são importantes atores sociais, pois estão em contato direto com inúmeros fumicultores, tem conhecimento do cotidiano destes e já tiveram contato com algum caso de suicídio de fumicultor, podendo contribuir com suas percepções para esta pesquisa. Por isso foram escolhidos trabalhadores da EMATER/RS-ASCAR e do CEREST, e representante do MPA da região de saúde Verdes Campos, e um informante-chave da comunidade da região de saúde de Santa Cruz do Sul/Vale do Rio Pardo, ambas localizadas na Região Central do Rio Grande do Sul, e que apresentam alto índice de suicídios (Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul 2018) e que umas das principais fontes de renda é o cultivo de tabaco (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2018).

## 4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram considerados os seguintes critérios para participação no estudo, ou seja, critérios de inclusão, de acordo com a categoria de participação:

- Trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR: ser trabalhador(a) da EMATER/RS- ASCAR e trabalhar em contato com fumicultores;
- Trabalhadores do CEREST: ser trabalhador(a) do CEREST e trabalhar em contato com fumicultores;
- Representante do MPA: ser membro do MPA e trabalhar em contato com fumicultores;
- Familiares de fumicultores que cometeram suicídio: ser familiar de primeiro ou segundo grau de fumicultor que tenha cometido suicídio.

Foram considerados os seguintes critérios de exclusão para participação neste estudo, de acordo com a categoria de participação:

- Trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR: ser trabalhador(a) da EMATER/RS- ASCAR e não trabalhar em contato com fumicultores;
- Trabalhadores do CEREST: ser trabalhador(a) do CEREST e não trabalhar em contato com fumicultores;
- Representante do MPA: ser membro do MPA e não trabalhar com fumicultores;
- Familiares de fumicultores que cometeram suicídio: não ser familiar de primeiro ou segundo grau de fumicultor que tenha cometido suicídio.

#### 4.4 CAMPO DE ESTUDO

Minayo (1993) divide o campo da pesquisa qualitativa em termos empíricos correspondendo ao recorte espacial, e recorte teórico correspondendo ao objeto da investigação. Este trabalho objetiva identificar que fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul. Para alcançar tal objetivo foram entrevistados familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, representante do MPA e um informante-chave da comunidade. O campo empiricamente determinado para este estudo é a Região Central do estado do Rio Grande do Sul, pois é a região em que se concentra a maior produção de fumo do estado (VARGAS e OLIVEIRA 2012).

Portanto os trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, representante do MPA, informante-chave da comunidade e familiares de fumicultores que cometeram suicídio são todos de municípios localizados na Região Central do Rio Grande do Sul, das regiões de saúde Verdes Campos e Santa Cruz do Sul/Vale do Rio Pardo.

Duas entrevistas com os familiares de fumicultores que cometeram suicídio aconteceram em sua própria residência, tendo em vista que o assunto abordado é bastante delicado e complexo, a pesquisadora optou por este local por acreditar ser este um ambiente protegido e confortável para o participante. A técnica de coleta de dados também foi escolhida pensando que uma conversa informal e aberta pode ser melhor para que o participante possa falar de forma confortável, pois “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos pesquisados, propiciando a criação

de novos conhecimentos” (NETO, 2002, p. 54). Neto (2002, p. 56) considera o “campo como possibilidade de novas revelações”, portanto a postura da pesquisadora é importante para que um diálogo horizontal pudesse ser estabelecido com os participantes, entendendo que nem tudo que a pesquisadora encontrou ela já conhecia e/ou sabia. Com a necessidade de distanciamento social provocada pela pandemia da COVID-19, uma das entrevistas com familiares de fumicultores aconteceu por vídeo-chamada, sendo utilizada a plataforma google meet.

Os trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR foram entrevistados em seu ambiente de trabalho, e a representante do MPA também foi escutada em sua residência. Já com os trabalhadores do CEREST e o informante-chave da comunidade também foram realizadas vídeo-chamadas através da plataforma jitsi meet. Neste sentido o campo de estudo, ou seja, o espaço que da coleta de dados é o ambiente cotidiano dos sujeitos participantes, escolhido numa posição de respeito da pesquisadora para com os pesquisados, também pensados como ambientes confortáveis e seguros para novas revelações e manifestações de emoções e sentimentos que podem ser gerados a partir do tema.

#### 4.5 TÉCNICA DE COLETA

A coleta de dados se dá através da técnica de pesquisa qualitativa empregada, que é um instrumento utilizado na pesquisa (MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M, 2017). Seguindo a abordagem qualitativa, o desenho de estudo utilizado é a investigação narrativa, e a técnica de coleta empregada consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, uma representante do MPA, e um informante-chave da comunidade, afim de identificar a percepção destes sobre os fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores.

Na entrevista qualitativa o pesquisador tem como objetivo compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados, e conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos. A escolha de entrevistas semiestruturadas, justifica-se nesta pesquisa, pois esta técnica permite que assuntos pessoais sejam abordados, assim como é o tema deste estudo. Também porque possibilita uma conversa, troca de informações entre o pesquisador e o participante, tendo em vista que os procedimentos não são rígidos e sim flexíveis, pois o roteiro de entrevista é simples e utilizado apenas para guiar a conversa (MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M, 2017).

A entrevista em pesquisa social se constitui como a principal técnica de coleta de dados, para Minayo (1993) a partir da entrevista pode-se coletar dados objetivos/concretos e/ou

subjetivos. Os dados subjetivos “referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões” (MINAYO, 1993, p. 108). A técnica de entrevista semiestruturada se faz importante, pois permite que o participante possa falar abertamente com a possibilidade de revelar ao pesquisador “condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos” (MINAYO, 1993, p. 109), para que este possa identificar quais fatores podem estar envolvidos no suicídio de fumicultores.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este projeto de pesquisa está registrado no Portal de Projetos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com número 050753, está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM pelo número do parecer 3.220. 380, e registrado na Plataforma Brasil pelo número de Certificação de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 05491018.5.0000.5346. Foram seguidos todos os procedimentos éticos que regulamentam pesquisas com seres humanos, em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e também as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Garantimos a autonomia do participante de maneira que ele pudesse livremente decidir quanto a sua participação ou não na pesquisa. A participação das pessoas foi por meio de entrevistas semiestruturadas, os quais não representaram, a princípio, risco à dimensão física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual em qualquer fase da pesquisa. Porém, alguns sentimentos poderiam ser mobilizados ao lembrar episódios da sua experiência diante da situação de suicídio de familiar. Caso isso tivesse acontecido, inicialmente, o participante seria acolhido por responsável pela pesquisa, e se necessário encaminhado para serviço de saúde mental em sua região.

Com o intuito de preservarmos a privacidade dessas pessoas, o primeiro contato (telefônico) foi realizado pela pesquisadora, afim de fazer o convite para participar da pesquisa. A partir da autorização dessas pessoas foi marcada uma data para que a entrevista fosse realizada.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) juntamente com os participantes na pesquisa, tendo em vista ressaltar o objetivo e a metodologia deste estudo. O TCLE foi apresentado em

duas vias, sendo uma de posse do participante deste estudo e a outra foi arquivada pela pesquisadora a qual ficará com a guarda no período 5 anos após o término da pesquisa e, após esse prazo serão destruídas. Ainda, as pesquisadoras assumem o compromisso de preservar a privacidade dos participantes e concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima.

#### 4.7 ANÁLISE DO MATERIAL

A partir da investigação narrativa, escolhida como desenho de estudo, e da técnica de coleta de dados que se constitui em entrevista semiestruturada, a análise do material foi com base na análise do discurso. A análise do discurso tem como objetivo gerar reflexão sobre os significados, os princípios e as formas de produção social do sentido, afim de compreender o fenômeno estudado em sua complexidade (MINAYO, 1993, p. 211).

Como citado anteriormente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS- ASCAR e do CEREST, uma representante do MPA, e um informante-chave da comunidade. Estes relatos narrativos foram gravados, e posteriormente transcritos na íntegra para ser realizada a análise dos discursos destes sujeitos da pesquisa, a fim de identificar em suas narrativas, a partir de sua percepção, quais os fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores.

Foi realizada leitura das transcrições das gravações, analisando-as a partir da análise do discurso para identificar que eixos temáticos poderiam surgir e contrastar com a literatura consultada.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material coletado foi realizada com base na análise do discurso, após a realização das entrevistas semiestruturadas e suas transcrições foram realizadas exaustivas leituras para identificar eixos temáticos e contrastá-los com a literatura.

A seguir tem-se a discussão sobre cada eixo temático que emergiu da coleta de dados, sendo que a partir das entrevistas realizadas apareceram alguns fatores em comum nas narrativas dos participantes da pesquisa no que se refere à relação com as fumageiras, como o endividamento e a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações relacionadas aos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização. Também é possível identificar prevalência de suicídio no sexo masculino, o que é associado ao estereótipo ligado a imagem do homem do campo, e a mudança de comportamento do fumicultor antes do episódio suicida.

Outros fatores em comum que surgiram nas entrevistas foram o uso abusivo de agrotóxicos, trabalho intenso, trabalho infantil, a cultura alemã, o período em que acontecem os suicídios de fumicultores e as intoxicações por agrotóxicos e nicotina.

Será trabalhado aqui a fumicultura como parte constituinte de uma cultura e identidade local e a associação com a cultura alemã, à relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras, o endividamento e a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações relacionadas aos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização. A questão da prevalência de suicídio no sexo masculino, o que é associado ao estereótipo ligado a imagem do homem do campo, e a mudança de comportamento do fumicultor antes do episódio suicida.

### 5.1 FUMICULTURA COMO PARTE CONSTITUINTE DE UMA CULTURA E IDENTIDADE LOCAL

A região de Santa Cruz do Sul foi colonizada por alemães, com sua chegada por volta de 1824 (VOGT, 1997), na época os imigrantes iniciaram o cultivo do fumo apenas para consumo próprio, o excedente foi aos poucos sendo comercializado nas vilas e posteriormente enviado a Alemanha que preferia consumir o fumo produzido no Brasil por seus compatriotas aqui instalados (SILVA, L., 2002). É especialmente interessante compreender como o cultivo do fumo está intrinsecamente ligado a cultura do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo do município de Santa Cruz do Sul, que apresenta até hoje fortes traços da cultura alemã. A Alemanha havia se tornado o principal país importador de tabaco do Brasil ao final do século

XIX, portanto os alemães já tinham conhecimento do fumo, e preferiam o fumo claro, que é produzido no Sul do Brasil.

A produção de fumo se intensificou em Santa Cruz do Sul com a chegada da primeira usina de processamento no ano de 1917, instituindo o sistema de produção integrada entre agricultor e indústria, como já foi mencionado anteriormente (SILVA, L., 2002). Com a chegada da indústria foram sendo desenvolvidas tecnologias para produção e técnicas de melhoramento do produto, até que em 1924 foram inseridos na produção a utilização de insumos químicos e o melhoramento genético das sementes (SILVA, L., 2002). Neste período houve grandes mudanças na produção do fumo, como melhora na qualidade da matéria-prima e aumento da quantidade produzida, instituindo-se assim o chamado complexo agroindustrial do fumo (SILVA, L., 2002). Todo este avanço tecnológico, contudo, não foi tão benéfico aos agricultores quanto foi para a indústria, pois os fumicultores ficaram subordinados as fumageiras, que estabeleceram controle rígido sobre a produção de tabaco.

Como já citado o cultivo do fumo faz parte da cultura do município de Santa Cruz do Sul e região, que também apresenta fortes traços da cultura alemã, podendo ser identificado na arquitetura, na culinária, nas festividades, na religião, no dialeto e na forma de organização da sociedade rural. Segundo Seyferth (1994 apud Drebes, 2019, p. 63),

Observando historicamente as colônias alemãs no Sul do Brasil, a identidade teuto-brasileira associadas as famílias e as comunidades de descendentes de alemães corresponde à uma consciência coletiva sobre a origem comum manifestada pelo uso cotidiano no idioma alemão, da continuidade dos usos e dos costumes alemães e da intensidade das interações sociais internas, mediante a realização de casamentos entre membros de uma mesma família e da criação de associações entre membros de uma mesma comunidade.

Drebes (2019, p. 63), em seu estudo sobre suicídio de fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, ressalta que “não se pode desconsiderar os aspectos identitários valorados pela colonização alemã desencadeada entre os séculos XIX e XX”, pois os participantes da pesquisa enfatizaram a etnicidade alemã “como atributo individualizante no vasto contexto atualmente constitutivo da fumicultura do Rio Grande do Sul”. Para Drebes (2019) a conformação e conservação desta identidade, costumes e princípios germânicos contribui para a consolidação de uma cultura, muitas vezes conivente com o suicídio. Inclusive há a tentativa de relacionar os altos índices de suicídio dessa região com a cultura alemã, como apontam alguns entrevistados.

*“E nos debates sempre vinha a questão de qual a real motivação disso, será que tem a ver com imunodepressão por causa do uso de agrotóxicos, ou tem a ver com a cultura*

*alemã do endividamento, das relações sociais, porque a indústria do tabaco alega que muitos se matavam porque tinham dificuldade de se organizar e pagar suas contas, e aí pra não passar vergonha na comunidade acabavam decidindo pelo suicídio, essa sempre foi a linha de argumentação da indústria e de quem eles colocavam para estudar isso”.* (Sr. A, informante-chave da comunidade).

*“Existe até eu já li em algum lugar, uma tentativa de relacionar esses suicídios com a origem das pessoas, porque são descendentes de europeus, de alemães daquelas regiões onde as taxas de suicídio também são elevadas”.* (Dr.<sup>a</sup> R., informante-chave da comunidade).

*“Mas a vertente, a corrente mais forte de sustentação do oligopólio do tabaco era dizer isto, que o suicídio é da cultura germânica, pomerana”.* (Sr. A, trabalhador entrevistado).

Drebes (2019, p. 83), ressalta que “parece existir um interesse nos representantes das agroindústrias fumageiras nesta naturalização das causas sociais dos suicídios de fumicultores teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo”. Com isso a autora quer assinalar que para as indústrias fumageiras é vantajoso utilizar o sangue e seus atributos genéticos e hereditários para culpabilizar o próprio fumicultor, sua família e comunidade pelo suicídio, afastando de si qualquer responsabilidade sobre as condições de vida e trabalho a qual os fumicultores são submetidos.

Meneghel e Moura (2018) em seu estudo apresentam a hipótese de a ética do trabalho presente na cultura germânica estar entre os determinantes do suicídio, “já que municípios de colonização alemã apresentam elevada prevalência de suicídios” (MENEGHEL e MOURA, 2018, p. 1136). Relacionando esta ética presente na cultura alemã com os princípios da religião protestante como o valor do trabalho e a busca por acumular bens e riquezas. No entanto quando não se é possível alcançar esses princípios a pessoa recorre ao suicídio.

Drebes salienta que os imigrantes alemães vivenciaram uma séria crise na Alemanha durante o período de Revolução Industrial, especialmente nas áreas rurais, “muitos alemães foram vítimas de fome em razão da escassez de alimentos atreladas à expropriação dos agricultores” (DREBES, 2019, p. 66). Diante deste cenário, muitos foram os alemães que migraram para o Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul, em busca de sobrevivência, devido ao incentivo anunciado aos imigrantes, a oferta de terra.

Apesar da oferta de terra, utilizada como incentivo para atrair os imigrantes alemães, quando estes chegaram as colônias se deparam com condições socioeconômicas adversas, “tiveram de construir suas casas e cultivar seus alimentos sem a assistência anunciada, vivenciando novamente situação de vulnerabilidade” (DREBES, 2019, p. 67).

Segundo Drebes (2019) os fumicultores familiares descendentes dos imigrantes alemães ainda rememoram as carências materiais vivenciadas por seus antecessores, sendo assim, “as necessidades não assistidas, tanto na Alemanha quanto no Brasil, foram internalizadas como carências e até atualmente mobilizam aversão a escassez” (DREBES, 2019, p. 67), por isso a busca pelo acúmulo de bens e riquezas é tão importante para os fumicultores familiares de origem germânica, não só por representar que este está bem sucedido, mas também como forma de garantir a reprodução da família, evitando passar por situações de vulnerabilidade.

Drebes (2019) também ressalta a questão do endividamento dos fumicultores familiares, para a autora as dívidas são uma contravenção do hábito de economizar e causam sofrimento aos agricultores endividados, pois “estar endividado é motivo de descrédito e desonra diante de sua família e de sua comunidade: é a ruína de sua retidão” (DREBES, 2019, p. 69). A autora afirma que a ética da economia pode desencadear suicídio, especialmente em situações de endividamento ou de escassez de recursos materiais.

Para Drebes (2019), os valores naturalizados compartilhados pelos fumicultores de origem germânica muitas vezes não são entendidos pela família e comunidade como um código identitário, e sim genético. Assim, “suicídios não são percebidos como fenômenos sociais, mas como fenômenos de causas naturais” (DREBES, 2019, p. 74), sendo o sangue alemão rotulado como sangue suicida, apesar de ser considerado pelos fumicultores uma substância valiosa, pois é este mesmo sangue que é símbolo da etnicidade germânica.

Meneghel e Moura (2018) também citam o cenário rural e o atual modelo econômico a que estão subordinados os fumicultores como fatores que estão envolvidos no suicídio, pois na constituição da sociedade rural, especialmente dos produtores de tabaco, há características importantes a serem consideradas. As propriedades produtoras de fumo são em sua esmagadora maioria pequenas propriedades rurais, que possuem caráter de agricultura familiar, ou seja, são aquelas famílias que cultivam em suas terras e dispõem de sua própria força de trabalho para a produção (ALMEIDA, 2005).

A produção de fumo, denominada fumiicultura, é quase que inteiramente artesanal, pouco mecanizável, sendo as atividades desenvolvidas de forma manual, por isso envolvem quase todos os membros da família, inclusive crianças e idosos. Sendo assim uma prática herdada da família, e que necessita da família para ser desenvolvida (ALMEIDA, 2005). Pode

haver também uma ajuda entre as famílias vizinhas para o cultivo do tabaco (ALMEIDA, 2005), porém esta prática está cada vez menos presente no cotidiano dos fumicultores, tendo em vista o aumento na quantidade produzida por cada família, na expectativa de gerar mais renda, quase não há tempo para ajudar o agricultor vizinho.

*“E a gente se trocava muito dia, ali com a família B, com o falecido Sr. J e também a gurizada né. As vezes de noite nós íamos pra lá atar fumo ou eles vinham. Agora que a gente vê que ninguém mais se ajuda, que é muito, muito fumo que é plantado.”* (Sr.<sup>a</sup> A., fumicultura aposentada entrevistada).

Há outro fator que também contribui para este distanciamento nas relações de ajuda dos vizinhos fumicultores, é a competição estimulada pelas fumageiras através de seus técnicos, assim denominados instrutores. Tal fato pode ser verificado no estudo realizado por Almeida (2005, p. 86):

As famílias, mesmo que troquem dias de serviço entre si, e mantenham relação amigável na vizinhança, reconhecem a competição estimulada pelo sistema integrado a desestruturar o tecido social. Competição essa estimulada pelos orientadores das fumageiras que fazem comparações entre os agricultores para justificar os preços diferenciados obtidos no momento da comercialização, alegando que uns cuidaram melhor e se empenharam mais na lida com o fumo. Para o pequeno agricultor é o mesmo que chamá-lo de vagabundo, preguiçoso, relaxado e dizer que o vizinho é mais trabalhador e caprichoso.

Portanto assim os agricultores são estimulados a competir entre si, na busca de produzir cada vez mais e com melhor qualidade, conseqüentemente trabalhando mais, e no final de todo esse processo quando chega o momento da comercialização a fumageira determina o valor que pagará ao fumicultor com base no mercado internacional já que estas empresas são multinacionais e seguem regras do capital exterior. Porém como forma de se livrar dessa responsabilidade estabelecem critérios de qualidade para classificação da folha cada vez mais difíceis de serem alcançados e induzem os fumicultores a competirem entre si.

Assim sendo, é possível observar que a fumicultura se constitui como parte de uma cultura e identidade local, orientando modos de existir, produzir e se relacionar na sociedade rural. Também é possível identificar que a fumicultura apresenta fortes traços da cultura alemã, já que os imigrantes alemães foram os pioneiros na produção de tabaco no Rio Grande do Sul.

A produção de tabaco tem características específicas se comparadas a outras produções agrícolas, sobretudo no que diz respeito a comercialização. Com a instalação do monopólio das

indústrias beneficiadoras de fumo a produção passou a ser estabelecida através do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), que possui inúmeras particularidades acerca de sua estrutura e relação de trabalho entre fumicultores e fumageiras, que será melhor explorado no a seguir.

## 5.2 RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE FUMICULTORES E FUMAGEIRAS

Apesar do fumo ser uma solanácea de verão, seu processo de produção inicia-se em maio com a semeadura nas bandejas e alocação das mesmas em canteiros, se estende pelos meses de agosto e setembro o transplante das mudas na lavoura e a partir de dezembro até meados de fevereiro realiza-se a colheita das folhas. Após ser semeada é necessário esperar aproximadamente 60 dias para transplantar as mudas de fumo para a lavoura, no período que compreende entre a plantação e a colheita é necessário fazer vigoroso controle de pragas e doenças, portanto nesta fase o uso de agrotóxicos é intenso. Aproximadamente após 60 dias plantado já pode ser iniciada a etapa da colheita das folhas, o fumo do tipo Virgínia, que é o mais cultivado na Região Central do Rio Grande do Sul, é colhido em etapas, iniciando pelas folhas inferiores até as superiores. Após a colheita as folhas são amarradas em varas de bambu e secadas nas estufas. A etapa da colheita é a de trabalho mais intenso e pesado, geralmente esta fase conta com a mão-de-obra de toda a família mais os contratados temporários como peões para realizar o trabalho mais pesado (BIOLCHI, 2003).

O processo de cura (secagem das folhas) do fumo é realizado nas estufas onde acontece a perda de água e mudança na coloração das folhas, bem como uma série de transformações bioquímicas que vão influenciar nas características do tabaco como sabor e aroma. Com o fumo já curado inicia-se a fase de classificação, as folhas são classificadas pelos fumicultores de acordo com sua coloração e qualidade, posteriormente são agrupadas formando as “manocas” de fumo que são prensadas em uma caixa (a prensa) formando fardos de fumo. Estes fardos são classificados e etiquetados pelos agricultores para serem comercializados, porém quando na indústria, o fumo é classificado novamente pelos trabalhadores diretos da empresa, que muitas vezes não seguem a etiquetagem já determinada pelo produtor, e rebaixam a classe do tabaco, que por sua vez tem seu valor agregado reduzido (BIOLCHI, 2003).

*“Você até selecionava, mas a empresa só aceitava sua seleção se ela quisesse. Se ela por interesse achava que não era aquilo ela desqualificava o produto, baixava o preço. Essa*

*questão assim, isso que a gente entende que é bem nocivo.”* (Sr. P., agricultor entrevistado)

A produção de fumo no Brasil é desenvolvida através do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) entre agricultores e indústrias fumageiras. A materialização deste sistema se dá através de um contrato firmado entre fumicultores e fumageiras, estabelecendo deveres e obrigações de ambas as partes (BIOLCHI, 2003). Dentre os deveres e obrigações das indústrias estão:

(...) fornecer assistência técnica gratuita aos produtores integrados, repassar somente insumos certificados e aprovados para uso na cultura, avaliar os financiamentos de insumos e investimentos, custear o transporte da produção desde a propriedade dos agricultores até as empresas e comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. (BIOLCHI, 2003, p. 24)

Aos agricultores cabe produzir os volumes contratados, ou seja, a estimativa do contrato, utilizando sementes e insumos recomendados pela indústria e comercializar a totalidade estimada da sua produção pelos valores negociados entre representações das fumageiras e dos fumicultores.

O contrato que é selado entre fumicultores e fumageiras é de compra e venda, neste está especificado o tipo de fumo que será produzido (Virgínia, Burley ou Comum), a área de plantio, a variedade de semente utilizada e a estimativa de produção da safra. O contrato é constituído de várias cláusulas que expressam os compromissos da empresa e do produtor rural, bem como de ambos. O contrato é formado por uma série de documentos como, o pedido dos insumos, receituário agrônomo, cadastro de produtor, seguro e procuração da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), carta de anuência, declaração de Imposto Territorial Rural e a nota promissória (BIOLCHI, 2003).

No pedido dos insumos há especificação dos insumos que serão utilizados na plantação, bem como a estimativa de produção da safra, a área utilizada para reflorestamento, a quantidade de lenha consumida, e dados sobre o financiamento que será gerado após a emissão da nota fiscal de fatura dos insumos. Também há neste documento uma autorização para que as empresas descontem do valor da produção final do fumo o débito para quitar o seguro de vida e o seguro da AFUBRA (BIOLCHI, 2003).

*“Porque naquela época que era bem fechado, hoje em dia eles abriram um pouco mais, assim eu percebo das conversas assim com os produtores, a empresa não é mais tão*

*fechada, o produtor já tem mais direito a escolha, pode comprar fora ou coisa assim, mas na época isso não existia, os contratos eram fechados, o produtor tinha que comprar os produtos da empresa, senão eles não comprava o fumo. Apesar de hoje ainda ter essas coisas de contrato, mas não sei até que grau isso ainda é imposto ao produtor.” (Sr. P., agricultor entrevistado)*

De acordo com Biolchi (2003) em pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, a maioria dos agricultores admite não ler os contratos que assinam, por serem muito extensos e de difícil compreensão, nem os demais documentos que tampouco sabem a finalidade. O excessivo número de documentos e a dificuldade para compreensão dos contratos, acabam por gerar muitas dúvidas aos agricultores que selam um compromisso sem muitas vezes saber de suas obrigações e deveres.

### **5.2.1 Dificuldade de negociação dos preços dos insumos e valor do fumo por parte dos fumicultores com as fumageiras**

O Brasil é o maior exportador mundial de fumo em folha desde 1993, e o segundo país que mais produz tabaco no mundo (BIOLCHI, 2003; ALMEIDA, 2005), sendo assim a fumicultura representa uma importante fonte de renda tanto para os agricultores como para os cofres públicos que arrecadam elevados valores de impostos sobre o produto. De acordo com Mengel e Aquino (2017) 90% da produção de tabaco do Brasil concentra-se na região Sul do país, e cerca de 180 mil famílias dedicam-se ao cultivo do fumo nesta região. A produção de fumo “gera uma renda bruta anual de 15 bilhões de reais, sendo que 51 % destes recursos são apropriados pelo governo, 21 % pela indústria, 22 % pelos agricultores e 6 % pelos varejistas” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 2).

Porém, para que a produção de fumo alcançasse estes patamares as indústrias beneficiadoras de tabaco estabeleceram o SIPT, exercendo forte controle na produção, beneficiamento e comercialização do produto, em que as relações entre fumicultores e fumageiras estão assentadas num contrato de compra e venda.

É por meio deste contrato que o fumicultor e a fumageira mantém vínculo, além de ser uma forma que as fumageiras encontraram de manter o controle produtivo. Assim o primeiro passo para a produção de fumo é fazer o “pedido”, ou seja, encomendar da empresa os materiais, sementes, insumos e agrotóxicos para iniciar o processo de semeadura e preparo da terra. Todos os itens que constam no “pedido” são disponibilizados pela fumageira para o agricultor produzir

o tabaco, o valor do “pedido” vai sendo pago aos poucos na medida que o trabalhador manda o fumo na “firma”.

*“Sim, aí cada vez que tu mandava fumo era descontado tanto né. Cada vez ia descontando um pouco até fechar o valor”.* (Sr<sup>a</sup>. O., fumicultora aposentada entrevistada)

*“Sim, a gente trata pelo pedido, a gente fazia o pedido para plantar 30 mil pés de fumo e eles mandavam tudo o que precisava para plantar esses 30 mil pés de fumo e depois pagava quando tinha o fumo seco, sortia e mandava lá na firma pra pagar essa despesa. Era comprado adubo, salitro, veneno, barbantes pra atar e enfardar o fumo, era isso daí que era comprado da firma naquela época. Aí depois tinha que sortir, emanocar e enfardar pra vender, mandava lá pra pagar toda essa despesa que tinha, que não era pouco essas despesas”.* (Sr<sup>a</sup>. S. fumicultora entrevistada)

Desde 1917 com a chegada da BAT o cenário tem sofrido várias transformações, dificultando as relações profissionais e familiares dos fumicultores de várias formas, especialmente devido ao processo de globalização e internacionalização da produção de tabaco, que passou a ser comercializado na forma de commodity, submetendo os fumicultores ao capital internacional e submetidos “aos critérios que impõem a redução de custos e a qualidade do produto como vantagens comparativas” (FERREIRA, 2006, p. 146). Atingindo os agricultores diretamente este modelo de produção coloca os fumicultores em uma posição subalterna nas negociações que são do seu interesse.

*“Para não entrar nessa coisa da cultura do fumo, né e dessa coisa empresarial, que as empresas dominavam né! Você não tinha muito poder sobre as decisões que aconteciam com a produção. Você fazia a produção, entregava e eles (as empresas) apenas determinavam o que você ia receber.”* (Sr. P., agricultor entrevistado)

Os índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento são realizados por representações das indústrias fumageiras e dos fumicultores, denominada Comissão Técnica Mista. A representação das indústrias fumageiras é o SINDITABACO (Sindicato das Indústrias do Tabaco, anteriormente denominado SINDIFUMO- Sindicato das Indústrias do Fumo), os fumicultores são representados pelas Federações de Trabalhadores dos três Estados do Sul - FETAG (Rio Grande do Sul), FETAESC (Santa Catarina) e FETAEP

(Paraná), pelas Federações da Agricultura dos Três Estados - FARSUL (Rio Grande do Sul), FAESC (Santa Catarina) e FAEP (Paraná), e pela AFUBRA. Estas são as representações “legítimas” reconhecidas pela Comissão Técnica Mista, porém os fumicultores são, em sua maioria, agricultores familiares que estariam melhor representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul/CUT) e MPA, que, no entanto, não são reconhecidos como representantes legítimos pela comissão (BIOLCHI, 2003).

De acordo com Mengel e Aquino (2017), a AFUBRA, mais do que representar os fumicultores, atua na manutenção da produção de tabaco como uma atividade economicamente relevante, buscando a expansão do campo tabagista. Apostando na ampliação do campo tabagista a AFUBRA vem conquistando ampliação do capital social através da aproximação com a indústria fumageira, o que permite o questionamento da real função desta organização, defender os interesses de seus associados e representados, os fumicultores.

A preponderância que a entidade dá a expansão do campo tabagista nos permite constatar que a mesma não visa representar apenas os agricultores fumicultores, mas sim exercer um papel de mediação entre os agentes da cadeia produtiva do tabaco que, por sua vez, lhe legitime diante das empresas como representante dos interesses do campo tabagista como um todo. Nesse sentido, não se encontra na trajetória da AFUBRA, a não ser em seus primeiros anos de existência, elementos que apontem para um posicionamento da entidade que tenha gerado um conflito com as empresas tabagistas. Suas opções, normalmente, mesmo que tenham como alvo os agricultores, fazem parte de um plano de expansão do campo tabagista como um todo, o que favorece todos os agentes, principalmente as empresas líderes, que veem aumentar seu capital econômico em relação as demais, no mercado mundial. Desta maneira, a AFUBRA é legitimada pelas próprias empresas como representante dos interesses do campo tabagista, o que facilita sua atuação e reconhecimento perante a sociedade. (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 8)

Segundo a Ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco no Brasil: mitos e verdades (2004) do Ministério da Saúde, a AFUBRA “é uma instituição ‘fachada’ da British American Tobacco, representada no Brasil pela Souza Cruz e mantida por esta para defender os seus interesses e não os dos fumicultores” (p. 19). Além disso a AFUBRA mobilizou-se para impedir que a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco fosse ratificada no Brasil, supostamente em nome dos fumicultores. Este é mais um dos problemas que os fumicultores enfrentam, a própria instituição que é para defende-los trabalha em benefício da indústria que os explora, “ou seja, quem decide o preço que as fumageiras irão pagar para os fumicultores é o próprio complexo agroindustrial” (DREBES, 2019, p. 119). Para Drebes (2019), a principal disputa entre fumicultores e indústria fumageira é o rendimento econômico.

Para Mengel e Aquino (2017) o campo tabagista é um espaço de disputas de poder, sendo que “no campo de disputas da cadeia do tabaco todos os agentes buscam fortalecer sua

posição. Entretanto, determinados agentes buscam tal fortalecimento por meio do capital econômico e visando a ampliação deste mesmo capital econômico, outros buscam a ampliação de seu capital social ou político” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 3).

O SIPT ao mesmo tempo que garante a compra da produção de fumo estimada, também submete o fumicultor a vender sua produção a apenas uma empresa que vai estabelecer o preço pago ao seu produto. Os fumicultores apontam como ponto positivo neste modelo de produção a venda garantida, porém como pontos negativos a obrigação de vender o fumo a empresa que firmou contrato, os baixos preços pagos pela produção, o preço alto dos insumos e dos juros cobrados pela fumageira (FERREIRA, 2006).

Apesar das suas outras conveniências, não existe meio da rentabilidade do sistema integrado ocorrer na mesma medida para os fumicultores e para as fumageiras: o sistema pode até parecer uma parceria, mas não é, pois os interesses econômicos dos fumicultores e das fumageiras são concorrenciais. Em outros termos, os ganhos econômicos dos fumicultores representam perdas para as fumageiras, e vice-versa. (DREBES, 2019, p. 113).

A FETRAF- Brasil tem surgimento no ano de 2001, é uma entidade de representação dos agricultores familiares a nível nacional, “sua base social é composta por agricultores familiares e assalariados rurais e tem como cerne de suas reivindicações a construção de um projeto alternativo de agricultura” (DA ROS, 2006 apud MENGEL e AQUINO, 2017, p. 12). O sindicato de atuação regional preconiza o tripé, organização sindical, social e organização da produção. Abrangendo 288 municípios a FETRAF-Sul está presente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também fazendo parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MENGEL e AQUINO, 2017).

Quanto a sua atuação, “a FETRAF tem se destacado na elaboração de publicações sobre a fumicultura. Por meio destas publicações realiza duras críticas ao mecanismo de formação de preços da cadeia produtiva do tabaco e a exploração do trabalho dos agricultores pelas companhias tabagistas” (MENGEL e AQUINO, 2017, p.13). Apesar de ser um dos objetivos da entidade, integrar a Comissão Técnica Mista de negociação dos preços do tabaco, esse objetivo nunca se concretizou, “tendo em vista que esta mesa é articulada pelas empresas fumageiras e assim não permite que um órgão que seja contrário a seus interesses participe” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 13).

O MPA tem início na década de 70, ligado as lutas sociais que emergiam nesta época, e também “a um momento conjuntural em que o Estado brasileiro se negava a enviar recursos para os agricultores que passavam por dificuldades no final de 1995” (GÖRGEN, 1998 apud

MENGEL e AQUINO, 2017, p. 14). A base social do MPA é composta pelas parcelas mais desfavorecidas do campo, o movimento também se caracteriza por realizar pressão política sobre os governos para ter atendidas suas demandas (DA ROS, 2006 apud MENGEL e AQUINO, 2017).

A atuação do MPA no campo tabagista realiza “uma forte crítica ao sistema de integração produtiva e a cadeia produtiva do tabaco como um todo” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 15), pois para o movimento “tal sistema é responsável pelos principais problemas dos agricultores fumicultores, sendo que o campo tabagista é organizado de maneira a deixar os agricultores dependentes das indústrias integradoras” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 15).

No cerne do MPA tem centralidade as discussões acerca do preço do tabaco, dos insumos e maior representação dos fumicultores, mas o MPA também “vai além ao afirmar que o movimento luta contra o próprio modelo de agricultura, onde é central a relação dos agricultores com grandes multinacionais, modelo este a qual se baseia o campo tabagista” (MENGEL e AQUINO, 2017, p. 15).

Segundo Mengel e Aquino (2017) a FETRAF e o MPA não são aceitos para compor a Comissão Técnica Mista e participar das negociações dos preços do tabaco pois não cederiam a acordos pré-constituídos. Além do mais, em entrevista para Mengel e Aquino (2017), o dirigente da FETRAF afirma que o SIPT é um sistema intensivo de exploração dos trabalhadores, em suas palavras “especificamente na cadeia do tabaco o agricultor é um mero produtor de matéria-prima sem muitos direitos e com uma baixa remuneração em relação aos trabalhadores do mesmo setor de outras partes do mundo” (Dirigente da FETRAF, 2010 apud MENGEL e AQUINO, 2017, p. 13).

Sendo assim, é possível afirmara que o MPA e a FETRAF atuam de forma a enfraquecer o campo tabagista, buscando outras alternativas de agricultura frente a fumicultura, também com enfoque na diversificação da agricultura, ao contrário do tabaco que é uma monocultura. Porém para participar da Comissão Técnica Mista e das discussões de negociação de preço do tabaco a indústria fumageira exige que as organizações visem o fortalecimento e ampliação do campo tabagista, bem como consolidação do SIPT (MENGEL e AQUINO, 2017).

*“O que a gente sempre gostava era de questionar o nível de dominação das empresas né, porque você produzia um produto e você não tinha nenhum tipo de poder de barganha de vender o produto. Você tem que entregar na empresa, colocava no caminhão e você só recebia o valor que eles determinavam.”* (Sr. P., agricultor entrevistado)

Apesar dos índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento serem reajustados anualmente nesta comissão os fumicultores queixam-se da dificuldade de negociação na classificação do fumo pela indústria, que geralmente é rebaixado diminuindo seu valor agregado. Na tentativa de aumentar seus lucros para a reprodução da família o agricultor planta mais fumo que a estimativa para indústria para comercializar o excedente com os compradores autônomos, chamados de “picaretas”, na possibilidade de conseguir melhor classificação e preço.

*“Não tem negociação nenhuma, e eles (fumageiras) tacham tudo e dizem o quanto tu vai pagar pelo produto deles e o quanto eles vão pagar pelo teu produto. Então, as empresas fazem isso né, os agricultores acabam se aproveitando dos picaretas, porque eles pagam um pouco melhor. Então, normalmente uma parte da produção eles (fumicultores) vendem para os picaretas e outra parte para as empresas, justamente para ter essa margem de negociação com os picaretas e com a empresa, e daí quem paga mais leva mais produto”. (Sr. R, extensionista rural agropecuária)*

Ferreira (2006) em sua pesquisa com fumicultores de propriedades com até 25 hectares junto à Bacia do Rio Pardino, que compreende os municípios de Gramado Xavier, Sinimbu e Santa Cruz do Sul, encontrou que 95,2 % dos sujeitos da pesquisa apresentam dificuldades, expressando como principal dificuldade o baixo preço de venda do seu produto que é classificado muito abaixo da expectativa. Na sequência os fumicultores reclamaram dos altos preços dos insumos e por seguinte reportam as dificuldades financeiras relativas a operações bancárias. Os efeitos sobre os ganhos dos fumicultores estão atravessados por dois fatores que são, “o rebaixamento do preço estimado de seu produto na hora da venda para as fumageiras, combinado ao preço dos insumos” (FERREIRA, 2006, p. 152).

*“E também essa questão do agrotóxico, as pessoas eram submetidas, a empresa determinava o uso e você praticamente recebia esse produto dentro de um pacote e não tinha muito o que questionar nessa questão do uso. Não tinha como procurar alternativas, se você procurar as alternativas de alguma forma, eles (as empresas) ficavam sabendo. Porque eles (as empresas) também tinham essa rede de instrutores, que eram essas pessoas que visitavam as famílias. O que se entende assim é que quando as pessoas tentavam usar produtos fora da linha da empresa não se sentiam confortável, e geralmente essas pessoas ganhavam menos pelo tabaco, pelo menos assim a gente*

*entendia essas coisas, que quando as pessoas procuravam formas de agricultura alternativas fora daquele pacote que a empresa vendia. Então além do veneno acho que essa coisa da empresa, essa dominação que a empresa tinha sobre os tradutores também pesava muito”. (Sr. P., agricultor entrevistado)*

Como responsáveis por estes problemas os fumicultores apontaram as fumageiras e o SINDITABACO, logo em seguida aparecem os governos estadual e federal. Também há uma parcela que apontou a responsabilidade para a própria categoria, ou seja, os produtores rurais, apresentando sua fragilidade organizativa, citando inclusive sua organização associativa, AFUBRA com também responsáveis (FERRERA, 2006).

Conforme aponta a literatura e também os relatos dos entrevistados um dos pontos negativos na produção de fumo é o alto custo dos insumos utilizados na plantação, combinado com o baixo preço do tabaco. Apesar de haver uma comissão para negociar os índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento, com representações das indústrias fumageiras e dos fumicultores, estes acabam por sair prejudicados já que suas instituições representantes podem não estar defendendo seus interesses.

Portanto, combinado ao baixo preço agregado do tabaco, o alto custo de produção, especialmente devido ao valor dos insumos utilizados na plantação resultam num lucro muito pequeno para o fumicultor, que precisa garantir a reprodução da família e ainda custear a próxima safra. Na tentativa aumentar seus lucros o fumicultor aumenta a quantidade de fumo plantada, e por consequência aumenta seus custos de produção, o que pode gerar uma situação de endividamento, como indica a literatura e alguns dos entrevistados. A questão do endividamento dos fumicultores será melhor explorada no item a seguir.

### **5.2.2 Endividamento dos fumicultores**

No início da produção de fumo no Rio Grande do Sul, que se deu no município de Santa Cruz do Sul, por imigrantes alemães, a cultura local era de produção autônoma para o mercado interno, porém a partir de 1917 com a chegada da empresa internacional BAT, conhecida como Souza Cruz, estabeleceu-se assim o “processo de subordinação da propriedade agrária não-capitalista à indústria capitalista de beneficiamento do fumo” (LIMA, 2007, p. 199), a partir do SIPT.

Segundo a indústria do tabaco o SIPT é “um referencial no agronegócio e na agricultura familiar no Brasil”, estimando pela sustentabilidade social, econômica e ambiental, que garante

ao produtor rural a compra de sua produção contratada, assistências técnica e financeira e transporte do tabaco (SUZA CRUZ, 2020).

O SIPT estabelece um contrato entre produtor rural e a indústria do tabaco, com garantia de compra e assistência técnica correspondendo a um controle que se inicia no plantio e se estende até a entrega do produto, tendo o técnico agrícola como mediador da relação entre a empresa e o produtor de fumo, orientando as diversas etapas do cultivo (RIQUINHO e HENNINGTON, 2016, p. 2).

Riquinho e Hennington (2016) realizaram um estudo em localidade produtora de tabaco no Rio Grande do Sul, em que entrevistaram 23 famílias de agricultores, representantes da sociedade civil e representantes da indústria fumageira. Nesta pesquisa 78% das famílias entrevistadas tinham vínculo com a indústria do tabaco através do SIPT.

Segundo Biolchi (2003) os produtores de fumo apontam vantagens e limitações da cultura. Como principais vantagens os fumicultores citam que o tabaco ocupa uma pequena área de terra para a produção, o que é observado desde o início dessa cultura no Brasil. Além disso essas terras geralmente constituem-se de terrenos acidentados, o que dificulta o uso de máquinas, como em outras produções agrícolas. Ao ser comparada com outras atividades o fumo é a que gera mais renda aos agricultores em menor área de cultivo. A comercialização é garantida, os produtores tem acesso a seguro contra granizo e as empresas facilitam a obtenção de créditos aos seus produtores integrados.

*“Porque o problema é isso, o fumo você ganha o insumo em casa, a semente em casa, a assistência técnica em casa, eles (fumageiras) buscam o fumo em casa, então é difícil sair disso, difícil sair desse círculo vicioso, dessa “comodidade” né, porque é uma comodidade que é disfarçada, mascarada, porque não tem autonomia nenhuma envolvida nisso. O agricultor faz e cumpre aquilo dali e deu, e se desviar (fumo) ainda pode ser penalizado”.* (Sr.<sup>a</sup> R. representante do MPA entrevistada)

As principais limitações e problemas com a produção de fumo apontadas pelos fumicultores são o ritmo de trabalho intenso, especialmente no período da colheita, a classificação do tabaco feita na empresa é, em geral, inferior a classificação feita pelo agricultor, a falta de liberdade dos produtores rurais acerca da produção e comercialização, tornando-os cada vez mais dependentes das indústrias, orientação técnica insuficiente para a produção e destino das embalagens dos insumos, o lucro do tabaco é mal distribuído, concentrando-se a maior parte nas mãos do governo e das indústrias, carência de políticas públicas para

agricultura familiar, falta de lenha para secar o fumo em algumas regiões, sendo necessário compra-la o que aumenta o valor de produção, e o acentuado êxodo de jovens do meio rural (BIOLCHI, 2003).

*“Além da precariedade do cuidado eles também têm a ilusão de que o fumo será aproveitado 100%, e isso foi instituído pelas fumageiras, ou seja, a ilusão de que é um grande negócio o fumo, então aí existe uma culpa que não é deles (fumicultores), é uma questão institucional e é muito mais precário, então precisa muito mais do que fazer uma intervenção sobre eles (fumicultores)”. (Dr<sup>a</sup>. R. médica entrevistada)*

Assim produção de tabaco no Rio Grande do Sul caracteriza-se como “uma cadeia produtiva agroindustrial cujo caráter principal é o caráter de oligopólio de empresas internacionais que submetem os produtores rurais em termos econômicos, tecnológicos e ideológicos” (HOELZEL, 2000 apud FERREIRA, 2006, p. 144) e envolve um número grande de famílias que compõem o alicerce dessa cadeia produtiva baseada na pequena propriedade rural. (FERREIRA 2006).

*“E outra coisa que deve ter influência é que a relação de trabalho entre a fumageira e o agricultor é escravagista, aquilo é trabalho escravo. Primeiro porque eles têm que comprar as sementes, os agrotóxicos, insumos, a fumageira te entrega enfim tudo que eles precisam para plantar, a fumageira faz um seguro para ela, mas quem paga é o agricultor. Aí o fumo é plantado e o fumicultor segue aplicando os venenos durante todo o processo, colhe o fumo e no final quem vai dizer qual o valor não é o fumicultor e sim a empresa, e só vão fazer isso quando o fumo estiver lá na fumageira em Santa Cruz, se o agricultor não concordar com o preço ele ainda tem que se responsabilizar em buscar o fumo de volta. E quando o fumo é vendido é descontado tudo que é investido para plantar (sementes, agrotóxicos, insumos, etc) que na fumageira tem um preço muito maior que em agropecuárias por exemplo. O seguro da fumageira é muito mais caro do que os seguros com outras empresas. Então isso pra mim é o trabalho escravo moderno. E quer a gente ou não tudo isso vai influenciar no psicológico dessas pessoas, porque eles não podem tomar decisão nenhuma, tem que aceitar o que a fumageira diz mesmo que não concorde”. (Dr<sup>a</sup>. R. médica entrevistada)*

Em seu estudo Riquinho e Hennington (2016) apresentam que dos discursos dos sujeitos da pesquisa emergiram três questões em particular referindo-se ao SIPT, sendo estes os custos dos insumos, os problemas com o seguro da lavoura e as dívidas adquiridas para custear a plantação e investimentos. Sobre os insumos os fumicultores citam a compra de produtos em comércio agropecuário fora do âmbito da empresa por serem mais baratos que os disponibilizados pela fumageira. No tocante ao seguro que é firmado com a AFUBRA, contra intempéries, principalmente granizo, os fumicultores citaram ser muito caro e não compensar, já que o seguro cobre apenas a estimativa do pedido de compra realizado na empresa, e o que excede não é coberto.

Riquinho e Hennington (2016) explicam também que no primeiro ano de produção a estrutura, estufa e galpão, é montada e são adquiridos equipamentos que servirão para a continuidade do trabalho como tecedeira, prensa, barbantes, agrotóxicos, insumos e sementes. Esse investimento é alto, e alguns destes produtos são usados em grande quantidade e precisam ser comprados todos os anos, o que acaba gerando um custo alto para produzir, levando os fumicultores a aumentar a quantidade de fumo plantado na expectativa de pagar as dívidas e garantir o sustento da família.

Uma estratégia da indústria junto aos devedores é o parcelamento da dívida em longo prazo, prolongando o compromisso entre essa e os agricultores. Segundo os trabalhadores que estavam nessa situação, todo o fumo entregue para a indústria era para abater a dívida. Para que obtenham dinheiro para seu sustento e da família, vendem tabaco para atravessadores, diminuindo a quantidade entregue à indústria e aumentando a dívida por meio de juros. (RIQUINHO e HENNINGTON, 2016, p. 5).

Esta estratégia de parcelamento da dívida e incentivo a aumentar a produção é uma forma de manter o compromisso do fumicultor em quitar a dívida com a empresa, além de encarecer o investimento para produzir mais, bem como um acréscimo de trabalho pois o fumicultor terá mais tabaco para plantar, cuidar, colher, secar e classificar. No entanto todo esse aumento de investimento e trabalho não é garantia de maiores rendimentos, podendo levar o fumicultor a endividar-se, como aponta uma das entrevistadas:

*“Endividamento, e isso de não ver uma possibilidade, uma ‘luz no fim do túnel’ sem ser o fumo, se sentem reféns disso. Essa história do endividamento é muito grave, porque o que eles (fumageiras) fazem, se a pessoa não tem dinheiro eles dão um crédito, mas o fumicultor tem que plantar mais fumo, e as pessoas não tem condição de cuidar de toda essa plantação, caindo a qualidade. Aí o custo de produção aumenta, diminui a qualidade, resultado vende pior, então vai criando uma ‘bola de neve’, e eles*

*(fumicultores) não conseguem mais sair disso*". (Sr.<sup>a</sup>. R. representante do MPA entrevistada).

Ainda segundo Riquinho e Hennington (2016) os fumicultores podem vir a ter dificuldades de entender o processo de parcelamento da dívida, pois este não é bem explicado pelos instrutores da fumageira, fazendo com que o agricultor não compreenda o valor dos juros. Há ainda a ideia de que o fumo dá lucro para o trabalhador rural, especialmente quando comparado a outras culturas que são produzidas em pequenas propriedades rurais, constringendo o fumicultor que está endividado. Para as autoras "o que acontece é uma movimentação de grande quantidade de dinheiro durante o ano, mas o lucro final para o agricultor é pequeno, dando uma falsa impressão de que eles têm uma boa renda" (RIQUINHO e HENNINGTON, 2016, p. 5).

*"Aí esse irmão foi indo e não conseguia pagar as dívidas da firma, aí as firmas vinham e iam empenhando as terras pra dar de segurança como que eles iam pagar a dívida. E ele não saía de casa nem pra comprar uma roupa, o outro irmão dele que saía e comprava pra ele, porque ele não comprava uma muda de roupa, um calçado, só o que ele fazia era trabalhar. Daí teve um dia que o instrutor da firma chegou e ele perguntou em quanto que estava a dívida dele, porque ele achava que já estava quase tudo pago pelo tanto que ele trabalhava. E o instrutor falou que nem ele vendendo toda terra dele ele pagava mais a dívida. E isso foi deixando ele preocupado, só o que ele fazia era trabalhar e aí ele se vê numa situação dessa que nem vendendo toda terra dele ele pagava mais a dívida ele começou a entrar em depressão. Era só o que ele falava, ele vinha na casa da gente e falava que como que isso foi acontecer, que ele trabalhava, fazia tudo direitinho como tinha que ser feito e como que foi ter uma dívida desse tamanho*". (Sr.<sup>a</sup>. S. fumicultora entrevistada)

*"Meu irmão estava com alguns problemas de endividamento também, ele não relatou isso nos últimos momentos."* (Sr. P., agricultor entrevistado)

Os recursos de financiamento para custeio e investimento das instalações, máquinas e equipamentos para o processo de produção do fumo tem origem nos bancos, porém estes não se envolvem diretamente com os fumicultores, mas com as indústrias fumageiras que atuam como avalistas dos seus produtores integrados. Os bancos repassam os recursos de

financiamento direto para as contas das empresas, autorizado pelos fumicultores, que muitas vezes não recebem cópias dos documentos de créditos gerados, o que acaba por causar dúvidas e inseguranças nos agricultores em relação aos financiamentos (BIOLCHI, 2003). Estes financiamentos são pagos pelos fumicultores com o tabaco, os insumos agrícolas são convertidos em quilos de fumo (Sistema troca-troca).

Segundo Drebes (2019, p. 117) o tabaco não conta com uma política pública de financiamento, por isso “as fumageiras agem como intermediárias das transações financeiras com as instituições bancárias, sendo avalistas dos fumicultores nestes empréstimos voltados ao custeio do cultivo, iniciando pelos insumos agropecuários, como agrotóxicos, fertilizantes, sementes, etc”. Dessa forma o fumicultor contrai a dívida, pois “o fumo ainda nem foi semeado e o fumicultor já se encontra endividado” (DREBES, 2019, p. 117).

*“As dívidas, na verdade a gente sabe que ele tinha porque, depois do falecimento, a gente recebeu do banco algumas notificações de renegociação de dívidas. Mas foi o que a gente ficou sabendo assim, não foi nem porque a gente foi perguntar. A gente ficou sabendo porque a gente recebeu algumas correspondências, não sei o banco vinculou a família, o sobrenome, sei lá. Qual que era o grau e se eram dívidas grandes a gente não sabe, porque a gente só foi informado que ele tinha que era para renegociar as dívidas, mas quanto ele estava devendo e se isso influenciou nas decisões dele a gente não sabe.” (Sr. P., agricultor entrevistado)*

Segundo Lima (2007) historicamente os produtores de fumo são subordinados aos que acumularam capital com a comercialização do fumo, no início eram os comerciantes da colônia, donos das casas de comércio, atualmente são os proprietários das fumageiras multinacionais quem detém os lucros sobre o trabalho dos fumicultores e suas famílias.

Os agricultores permaneceram proprietários dos seus meios de produção e dirigentes das tarefas agrárias, porém agora subordinados ao capital agroindustrial. Se antes eles estavam atrelados aos comerciantes da colônia, com a vinda da transnacional mudam as técnicas de produzir, enquanto a essência das relações de produção permanece inalteradas. (LIMA, 2007, p. 215)

Apesar de os fumicultores continuarem sendo os donos da terra em que cultivam tabaco, esses são subordinados às indústrias fumageiras em nível técnico e de capital, mantendo relações opressoras, em que seu conhecimento e trabalho não são reconhecidos e nem valorizados, como aponta Drebes (2019, p. 115), “no campo fumícola, embora os fumicultores

concentrem o capital agrícola, as fumageiras concentram o capital comercial e industrial, bem como mobilizam recursos financeiros, que, por fim, posicionam os fumicultores como dominados e as fumageiras como dominantes”, sendo tal situação observada na fala de uma das entrevistadas:

*“Eu sempre digo assim o fumicultor sabe plantar, sabe colher, mas na hora da venda sempre é muito traumático né”. (Sr.<sup>a</sup>. R. representante do MPA entrevistada).*

De acordo com a literatura e com os relatos dos entrevistados um dos problemas enfrentados pelos fumicultores é o endividamento. Como já mencionado anteriormente os custos para produção de fumo são altos e o valor agregado do tabaco é baixo, resultando em baixo lucro para os fumicultores. Os fumicultores na tentativa de aumentar seus lucros, para garantir a reprodução da família e custear a próxima safra aumentam a quantidade da produção de tabaco, conseqüentemente aumentando o custo de produção, que pode gerar dívidas.

A falta de autonomia na produção de tabaco, aliada a dificuldade de negociação dos índices de reajustes de preços do fumo, comercialização e financiamento traduzem um modelo econômico que não é favorável aos fumicultores. Para Meneghel e Moura (2018) tal modelo econômico causa efeitos nas subjetividades dos sujeitos, produzindo sentimentos de impotência e desesperança, ligados a falta de autonomia e controle sobre a própria vida. Neste cenário de insegurança e incerteza do futuro têm início as alterações psíquicas e emocionais como angústia, ansiedade, tristeza e mal-estar, que podem evoluir para um quadro de depressão, fazendo com que o agricultor não veja outra saída, a não ser a morte.

A seguir será realizada discussão sobre a saúde mental dos fumicultores e o alto índice de suicídio dessa população, bem como a questão do gênero no suicídio de fumicultores.

### 5.3 SAÚDE MENTAL E SUICÍDIO DE FUMICULTORES

De acordo com o Boletim Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p.1), “o suicídio é um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo”, configurando-se assim como uma importante causa de morte, “segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio, representa 1,4% de todas as mortes em todo o mundo, tornando-se, em 2012, a 15<sup>a</sup> causa de mortalidade na população geral” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p.1).

O Boletim Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil (2017) apresenta os dados registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade, de acordo com os dados extraídos desta plataforma, “no período de 2011 a 2015, foram registrados 55.649 óbitos por suicídio no Brasil, com uma taxa geral de 5,5/100 mil hab., variando de 5,3 em 2011 a 5,7 em 2015. O risco de suicídio no sexo masculino foi de 8,7/100 mil hab., sendo aproximadamente quatro vezes maior que o feminino (2,4/100 mil hab.)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p.7).

Porém alguns estados brasileiros apresentam taxas de suicídio superiores a outros, “as maiores taxas de óbito por suicídio foram registradas nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul que, no período estudado, apresentaram, respectivamente, 10,3, 8,8 e 8,5 óbitos por 100 mil hab.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 8).

Segundo o de Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa Suicídio do estado do Rio Grande do Sul (2018), o suicídio é um fenômeno social que constitui um problema de saúde pública, especialmente neste estado do país. Este documento traz a definição de suicídio como uma “forma de violência autoinfligida, na qual o indivíduo intencionalmente tira a própria vida, resulta da interação de múltiplos fatores: biológicos, psicológicos, socioculturais e ambientais” (SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 1).

O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de suicídio quase duas vezes maior que a média nacional, segundo o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio do Rio Grande do Sul (2018) foram registrados 1.166 óbitos por suicídio no ano de 2016, correspondendo a uma taxa de 11,0 suicídios por 100.000 habitantes, quase duas vezes maior que a média nacional que é de 6,13 suicídios por 100.000 habitantes. Viana et al. (2008), pontam que a profissão que está em segundo lugar com maior frequência de suicídio na região sul do Brasil é de agricultores/lavradores, sendo a principal hipótese para esta situação as condições de trabalho dos agricultores. No estado do Rio Grande do Sul há predomínio do setor agrícola, especialmente de produção de tabaco, sendo o estado brasileiro com a maior produção de fumo em folha do país (VARGAS e OLIVEIRA, 2012).

Pesquisas apontam que o cultivo do tabaco é bastante insalubre, o que leva os fumicultores a sofrerem com doenças em decorrência da produção de fumo, comprometendo a saúde destes agricultores de diferentes formas (CARGNIN et al., 2016; FALK et al., 1996; MENEGHEL e MOURA, 2018; MURAKAMI et al., 2017; RIQUINHO e HENNINGTON, 2014; VIANA et al., 2008). Dentre os problemas de saúde que afetam os fumicultores tem destaque o suicídio.

Na literatura há pesquisas que apontam para o adoecimento mental dos fumicultores em razão do uso de agrotóxicos, especialmente os organofosforados (FALK et al., 1996; TRAPÉ e BOTEGA, 2006; VIANA et al., 2008; CARGNIN et al., 2016; RIQUINHO e HENNINGTON, 2014), e outros estudos que enfatizam mais as questões relacionadas a organização do trabalho (CASTRO e MONTEIRO, 2016; MENEGHEL e MOURA, 2018).

Trapé e Botega (2006) em seu estudo com fumicultores da Bacia do Rio Pardo, que compreende os municípios de Gramado Xavier, Santa Cruz do Sul e Sinimbu, identificam que o modelo da monocultura do fumo, vinculado ao monopólio das indústrias causa deterioração da saúde, que é fortemente influenciado pelo uso de agrotóxicos, sendo este um dos aspectos que determinam a dependência e o baixo ânimo de reação a este modelo. Os agrotóxicos do grupo organofosforados são os mais utilizados na fumicultura, dentre as alterações de saúde que estes causam as alterações neurocomportamentais são bastante preocupantes. Falk et al. (1996), realizaram um dos primeiros estudos sobre o tema suicídio de fumicultores, e apontam para o alto índice de suicídios de fumicultores em Venâncio Aires no Rio Grande do Sul, município com importante produção de tabaco, e relacionam esta situação a utilização de agrotóxicos, especialmente os organofosforados. Os autores chamaram a atenção sobre as alterações neurocomportamentais que os agrotóxicos organofosforados causavam, relacionando o uso destes com o suicídio de fumicultores no município de Venâncio Aires. Alguns dos entrevistados reconhecem a questão do uso de agrotóxicos como um agravante a saúde dos fumicultores.

*“A gente tem uma percepção dentro da ideologia um pouco, a gente acha que o agrotóxico foi um agravante”.* (Sr. P., agricultor entrevistado)

*“O contraponto que nós fazíamos, porque eu sou da vertente que acha que isso tem a ver com a imunodepressão por causa do uso de agrotóxicos, que acaba afetando o indivíduo como um todo. Mas eu como sindicalista e cidadão sempre defendi da quantidade de agrotóxicos que se usava e como se usava, que este poderia ser um dos principais motivos que levava as pessoas ao suicídio”.* (Sr. A, informante-chave da comunidade entrevistado)

*“Porque na época se atribuía o suicídio ao uso de agrotóxicos organofosforados, se atribuía a isso a causa de suicídio porque os locais onde este tipo de agrotóxico atua no cérebro são os locais que também trabalham com a depressão, sabe, são as mesmas*

*regiões do cérebro. Então havia uma ideia de que os culpados eram os organofosforados”. (Dr.<sup>a</sup> R., médica entrevistada)*

Além dos agrotóxicos, a nicotina, princípio ativo da folha do tabaco, também pode causar intoxicações conhecida como doença da folha verde do tabaco. A exposição a nicotina é alta nas etapas de colheita, secagem e classificação das folhas. Trapé e Botega (2006) apontam que da população pesquisada 86,3% tem exposição crônica a pesticidas de forma direta, sendo que destes, 20% já foram vítimas de intoxicação aguda.

Uma das entrevistadas da pesquisa conta que a intoxicação por nicotina, que causa a doença da folha verde do tabaco acontece frequentemente nos fumicultores, e que pode causar problemas neurocomportamentais.

*“Tem uma outra coisa importante pra gente lembrar, que na época eu acusava os organofosforados, só que depois eu fui olhar, é sobre a doença da folha verde do tabaco, onde que a nicotina atua no cérebro, a nicotina da folha do fumo, fumada ou absorvida pela pele. E a nicotina atua nos mesmos locais que os organofosforados, sabe, ela usa os mesmos neurotransmissores que o organofosforado. Mas lá em Agudo se você perguntar para aqueles agricultores todos te contam que já tiveram, de uma forma mais leve ou mais grave, mas todos já tiveram (doença da folha verde do tabaco)”. (Dr.<sup>a</sup> R., médica entrevistada)*

Trapé e Botega (2006) concluem que se pode aceitar a hipótese de que os agrotóxicos utilizados no cultivo de tabaco associam-se com intoxicações e distúrbios neurocomportamentais dos fumicultores. Segundo os autores o manganês, presente nos fungicidas do grupo dos ditiocarbamatos, é um elemento químico que pode estar desempenhando papel de relevância toxicológica, já que a detecção da presença deste elemento químico no soro sanguíneo dos participantes da pesquisa foi em níveis muito acima dos descritos na literatura.

Uma das entrevistadas chama a atenção para o nível de contaminação por agrotóxicos da água utilizada nas atividades domésticas pelos fumicultores, e como esta situação é prejudicial à saúde de todos.

*“Nós também dosamos a quantidade de agrotóxicos na água, 100% da água testada tinha pelo menos 1 tipo de agrotóxico. Tinha famílias que consumiam água de fontes que*

*chegavam a ter 5 ou 6 tipos de agrotóxicos, e isso não adianta fazer nada, tipo ferver a água, o veneno está ali e eles estão tomando. E isso também é preocupante, porque não basta você dizer para as mães não levarem os filhos na lavoura e deixarem em casa, pedir para escola ser em tempo integral para as crianças não ficarem trabalhando, se quando ele chegar em casa vai tomar água e comer comida com veneno, vai tomar banho com água envenenada, já que muitos agrotóxicos são absorvidos pela pele”.* (Dr.<sup>a</sup> R., médica entrevistada)

Meneghel et al. (2004), em sua pesquisa sobre características da mortalidade por suicídio no Rio Grande do Sul em regiões fumageiras, apresentam coeficientes de suicídio mais elevados na população de trabalhadores do setor de agropecuária e pesca, com risco três vezes maior de cometer suicídio em comparação com trabalhadores técnico-científicos, as taxas são, respectivamente de 16,3 suicídios por 100.000 habitantes e 5,7 suicídios por 100.000 habitantes.

Viana et al. (2008), em seu estudo sobre a prevalência de suicídios no Sul do Brasil, entre 2001 e 2005, apontam com relação a ocupação, que os agricultores/lavradores estão em segundo lugar com maior frequência de suicídios, “acredita-se que uma das possibilidades desse número elevado comparado com as demais profissões seja por causa da utilização de agrotóxicos nesta região, principalmente os organofosforados, já que obtivemos altas taxas de suicídios em municípios onde a principal atividade socioeconômica é a agricultura” (VIANA et al., 2008, p. 42).

Sendo que “a taxa de mortalidade média por suicídio na região da Amurel foi de 7,9 por 100.000 habitantes nos cinco anos estudados” (VIANA et al., 2008, p. 41). Com relação à média de suicídios a região de Amurel ficou acima da média brasileira de 4 a 6 óbitos por 100.000 habitantes, porém dentro da média de Santa Catarina que é de 7 a 8,5 óbitos por 100.000 habitantes, sendo a média catarinense a segunda maior do país. Viana et al. (2008), apontam que os 17 municípios de compõem a região de Amurel são compostos por imigrantes europeus e justificam o alto índice de suicídios pela população ter herdado a cultura de seus países de origem, fazendo com que o número de mortalidade dessa região se pareça com as europeias.

Apesar de haver todas estas taxas e números, citadas acima, que confirmam o alto índice de suicídios em regiões rurais, e mais especificamente suicídio de fumicultores, nas palavras de Werlang (2013 apud DREBES, 2019, p. 134). “não se tratam de números: a morte de um único agricultor devido a causas vinculadas com a precariedade das relações de trabalho é um indicio do estado de sofrimento encontrado na agricultura como um todo”. Ainda, de acordo com Dejours e Bègue (2010, p. 15) “um único suicídio em uma empresa constitui, de fato, um

problema que afeta toda a comunidade de trabalho, uma vez que sua ocorrência reflete uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho”.

Segundo Meneghel e Moura (2018, p. 1136), “entre os possíveis determinantes do suicídio, uma das hipóteses refere-se à influência da ética do trabalho presente na cultura germânica, já que municípios de colonização alemã apresentam elevada prevalência de suicídios”, ao se tratar de suicídios de fumicultores no Rio Grande do Sul.

Para Meneghel e Moura (2018, p. 1137) “há uma combinação de condicionantes socioculturais, econômicos e psicológicos, que aumentam o risco de suicídio”. Dentre estes, as autoras destacam a ética do trabalho herdada pelos imigrantes alemães, a subordinação dos fumicultores às indústrias fumageiras, a sobrecarga de trabalho exigida da família para produção de fumo e o medo de perder a terra perante a entrada do capitalismo no campo.

*“Acho que são três fatores que são em comum, o fato de serem a grande maioria descendentes de alemães, pessoas com problemas ergonômicos em decorrência do trabalho e também comorbidades como problemas de fígado, pâncreas que é a ponte com os organofosforados, e o terceiro elemento são pessoas com dificuldades financeiras”.*

(Sr. A., informante-chave da comunidade entrevistado)

Segundo Castro e Monteiro (2016) para além da sobrecarga de trabalho há a preocupação com as dívidas que também se constitui como fator de sofrimento dos fumicultores. De acordo com Almeida (2006), as fumageiras através de seus técnicos incentivam a competitividade entre os fumicultores, o que gera maior dificuldade nas relações sociais destes. Portanto, a dificuldade nas relações sociais entre os fumicultores, geradas a partir da competitividade aliada às críticas por parte dos mesmos fumicultores endividados torna-se um “balizador das relações sociais” (SILVA, 2007, p. 116 apud CASTRO e MONTEIRO, 2016, p. 793), pois o fumicultor endividado é visto como preguiçoso e incapaz de cumprir com seus deveres, levando sua honra e credibilidade a serem questionadas (CASTRO e MONTEIRO, 2016).

*“Ele se isolou, ele ia trabalhar e não queria receber mais ninguém, só dizia que ele não era veiaço, que ele nunca ficou devendo pra ninguém, que a família dele ia passar fome, sabe era esses os assuntos dele”.* (Sr.<sup>a</sup> S., fumicultora entrevistada)

Na pesquisa de Castro e Monteiro (2016) um dos fatores de sofrimento, citado pelos próprios fumicultores, foi a incerteza quanto ao retorno financeiro do cultivo do fumo, “pois consideram que esta lhes acarreta ansiedade e preocupações constantes” (p. 798). A produção de fumo se dá através do SIPT, em que o valor agregado pago pelo produto é negociado na Comissão Técnica Mista, composta por representações dos fumicultores e das indústrias fumageiras, porém no momento da comercialização, geralmente, o tabaco é classificado pela indústria abaixo do esperado pelo agricultor, diminuindo seu valor agregado (BIOLCHI, 2003). Segundo Castro e Monteiro (2016, p. 798), “essa é uma medida de exploração. A desvalorização do produto não é sentida apenas no bolso do produtor. Acarretam-lhes sofrimento, crises de ansiedade e dificuldades para dormir”. A seguir, esta situação pode ser observada na narrativa de uma das entrevistadas.

*“Aí ele trabalhava, capinava, capinava, trabalhava, trabalhava... para ver se ele cansava pra ver se ele dormia de noite. Aí ele não conseguia, ele não tinha sono de noite não conseguia dormir. Aí eu disse para ele parar fazer tanto isso aí, disse tu tem que te acalmar pra vim o sono. Aí ele passava caminhando de noite para aqui e pra ali”.* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultora aposentada entrevistada)

Castro e Monteiro (2016), ressaltam ainda que quando os fumicultores passam por essa experiência de desvalorização de sua produção “vivenciam a falta de reconhecimento no trabalho, causando-lhes a sensação de perda de sentido de todo o esforço empregado” (p. 799). Com base na psicodinâmica do trabalho as autoras enfatizam sobre a importância do reconhecimento do trabalho como “um elemento social da organização do trabalho e um fator determinante para as vivências de prazer do trabalhador” (CASTRO e MONTEIRO, 2016, p. 799).

Para Dejours e Bègue (2010) é necessário que o trabalhador seja reconhecido pelo trabalho que realiza, os autores chamam este reconhecimento de psicodinâmica do reconhecimento do trabalho, “nesta clínica, o reconhecimento apresenta-se como retribuição simbólica obtida por aquele que trabalha, uma resposta à contribuição que ele oferece à empresa e, por seu intermédio, a toda a sociedade” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 38).

Segundo Dejours e Bègue (2010) nesse tipo de reconhecimento o que importa não é o valor monetário, e sim a retribuição moral ou simbólica que atua no plano psicológico, pois “pode-se mostrar que o impacto psicológico depende não do nível de remuneração alcançado, mas da distinção simbólica subjacente” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 38).

Para Dejours e Bègue (2010, p. 39) “o reconhecimento é um julgamento qualitativo proferido sobre o trabalho, que passa por duas provas principais: o julgamento de utilidade e o julgamento de beleza”. O julgamento de utilidade refere-se à utilidade econômica, técnica ou social do trabalho. Já o julgamento de beleza é proferido pelos pares, ou seja, aqueles que conhecem o ofício, e “diz respeito à conformidade do trabalho realizado com relação às regras da arte e as regras do ofício” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 39).

Além do mais, quando há o reconhecimento do trabalho realizado, tanto pelo julgamento de utilidade, quanto pelo julgamento da beleza, “a psicodinâmica do reconhecimento é capaz de transformar o sofrimento no trabalho em prazer, no sentido do fortalecimento da identidade”, já que “a identidade é a armadura da saúde mental” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 41). Portanto, quando alguém é reconhecido por seu trabalho, tem sua identidade fortalecida e assim pode contar com uma espécie de proteção à sua saúde mental, com menos chances de adoecer psicologicamente por conta do trabalho.

Contudo, quando este reconhecimento não ocorre “surge o risco da desestabilização da identidade e do prazer experimentado na relação de si mesmo, no amor de si (narcisismo). Não há assim neutralidade do trabalho frente à identidade e à saúde mental” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 41). Para Dejours e Bègue (2010, p. 42) “a relação com o trabalho pode gerar o melhor, mas, também, pode levar ao pior: a crise de identidade e a descompensação psicopatológica”.

Quando o trabalhador vivencia a crise de identidade e a descompensação psicopatológicas “se instala a espiral da depressão. Os sentimentos de impostura, de erro, de decadência etc. podem se amparar do assalariado com tal violência que ele chega a cometer o gesto suicidário” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 48).

Castro e Monteiro (2016) também apontam para o suicídio de fumicultores, e citam que um dos fatores que colabora para o adoecimento destes trabalhadores é o endividamento. Segundos os achados da investigação de Castro e Monteiro (2016), o adoecimento psíquico dos fumicultores “está relacionado aos transtornos depressivos e ansiosos desencadeados pela organização do trabalho, acarretando, inclusive, o suicídio de trabalhadores” (p. 808). Nas palavras de Drebes (2019, p. 132), “é prontamente perceptível como o campo fumícola causa sofrimento social entre os fumicultores familiares, principalmente em virtude do endividamento, contrário a todas as suas éticas, estimulando a ocorrência de suicídio”.

Segundo Drebes (2019), o suicídio de fumicultores não é um problema apenas de saúde pública, mas principalmente um problema social, já que os riscos ocupacionais, sejam eles psicossociais ou químicos, “encontrados no processo produtivo não são inerentes, mas

socialmente construídos em virtude das precárias condições de trabalho na fumicultura familiar” (DREBES, 2019, p. 168).

*“Então essa coisa de ficar preso a cultura do tabaco e não conseguir sair dessa coisa, eu acho que foi o elemento-chave do ocorrido. O fato dele não conseguir ter se desvinculado da produção do fumo e essa estrutura que o sogro dele envolveu ele. Não como responsável, mas esse arranjo que se fez de família-empresa- produção, o fato dele não conseguir ter se desvinculado disso, eu acho que foi o que desencadeou o problema. O fato dele estar preso a produção de fumo e entender que aquilo não o levaria a lugar nenhum, porque ele entendia, assim na minha percepção, que a biodiversidade a produção diversa e o resgate das sementes era um ideal para ele. E o fato dele não conseguir vivenciar isso na vida dele é que desencadeou o problema”.* (Sr. P., agricultor entrevistado)

No estudo de Trapé e Botega (2006) os sujeitos da pesquisa apresentaram alterações neurocomportamentais nas três fases da pesquisa (de julho a agosto- preparação dos canteiros, outubro- tratamentos culturais, dezembro a janeiro- colheita, secagem e classificação), sendo que a maioria apresentou aumento no decorrer das etapas. Segundo estes autores isso pode acontecer devido a acumulo de exposição a agrotóxicos, ou por características específicas de cada fase do cultivo de tabaco, ou ainda pelos procedimentos finais voltados a comercialização. Os sintomas mais autorreferidos foram irritabilidade/nervosismo, cefaleia, formigamentos, tonturas, câimbras, tristeza e azia, que podem ser provocados por contaminação por agrotóxicos, ou decorrentes de fadiga, ansiedade e depressão pelo excesso de trabalho ou por conta das expectativas quanto ao resultado da safra e comercialização.

Uma das entrevistadas explica que a contaminação por agrotóxicos acontece em todas as etapas de trabalho com o fumo, desde a semeadura até a preparação para venda, atentando também para o longo período de exposição aos agrotóxicos que os fumicultores passam.

*“E no caso assim, o fumo não é a cultura que mais utiliza veneno, só que é o tempo de exposição. O tabaco tem nicotina que é um veneno também. Então assim as famílias estão semeando a próxima safra e ainda estão classificando a safra anterior no galpão. Então elas ficam mais de um ano envolvidas em uma safra, e aí é todo um processo, semeadura vai veneno, plantio vai veneno, na colheita, para colher no limpo passando um secante*

*(veneno), aí depois tem aquele tempo de exposição na classificação do fumo no galpão”.*  
(Sr.<sup>a</sup> R., representante do MPA entrevistada)

Para Drebes (2019), o sofrimento dos fumicultores é um sofrimento social, e se estes fossem contabilizar os custos sociais do cultivo do tabaco sua renda seria ainda menor do que é.

Nota-se como o sofrimento social vinculado aos riscos ocupacionais socialmente construídos na fumicultura familiar, principalmente os psicossociais e os químicos, contribuem com a desconstrução do ideário de lucratividade da atividade. Pois se os custos sociais dos recorrentes problemas sociais de saúde física e de saúde mental dos fumicultores fossem contabilizados, - incluindo os suicídios -, a renda das famílias fumicultoras cairia drasticamente. (DREBES, 2019, p. 175)

Portanto, pode-se compreender que o adoecimento mental dos fumicultores está relacionado a alguns fatores, como endividamento, incerteza de retorno financeiro, utilização de agrotóxicos, especialmente organofosforados, a ética do trabalho da cultura germânica, sobrecarga de trabalho, subordinação as indústrias fumageiras, competitividade entre os fumicultores e desvalorização do trabalho, que podem levar o agricultor a desenvolver transtornos depressivos e ansiosos.

No item a seguir será tratado sobre a mudança de humor apresentada antes do episódio de suicídio do fumicultor, afim de compreender melhor o comportamento desses sujeitos que cometeram suicídio.

### **5.3.1 Mudança de humor apresentada antes do episódio de suicídio do fumicultor**

Um dos fatores em comum que emergiu nas entrevistas realizadas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio foi a mudança de humor apresentada por estes antes do episódio de suicídio. Os entrevistados citam que seus familiares tinham ansiedade, agitação, dificuldade para dormir, depressão, sofriam dos “nervos”, tinham medo e por fim acabavam se isolando da família e amigos.

Conforme o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa Suicídio do estado do Rio Grande do Sul (2018) a presença de deficiência/transtorno (deficiência física, intelectual, visual, auditiva, transtorno mental e de comportamento) foi identificada em 49% das pessoas que tentaram suicídio, no Brasil esta proporção é cerca de 26%, “segundo a OMS

(2014), a presença de transtornos mentais é um dos principais fatores de risco para o suicídio” (SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 6).

Em seu estudo com fumicultores do município de Santa Cruz do Sul, Fialho (2006) encontrou em 35% dos entrevistados índices de prováveis “casos” de depressão, ansiedade em 65% e 44% atingiram pontuação compatível com suspeição de “caso” de sofrimento mental (morbidade psiquiátrica), dando indícios de que o trabalho no meio rural agrícola produz intenso sofrimento psíquico, “o sofrimento é entendido como uma vivência subjetiva singular que compreende o espaço intermediário entre a descompensação psíquica e o bem-estar psíquico” (FIALHO, 2006, p. 170).

Trapé e Botega (2006) também encontraram uma situação semelhante, em que 44% (138 pessoas) da população participante do estudo atingiram a pontuação compatível com suspeição de “caso” de morbidade psiquiátrica. Utilizavam remédios para “os nervos”, para dormir ou para depressão 27 pessoas (9%). A frequência global dos casos de depressão chegou a 35%, de ansiedade 65%, já para o consumo de álcool encontrou-se elevada frequência de uso abusivo/dependência de álcool entre homens, sendo 50% dos casos. E 5,4% dos casos apresentaram ideação suicida, sendo mais frequente nas mulheres.

Corroborando com estes dados uma das entrevistadas conta sobre o índice de pessoas com depressão em um município produtor de tabaco na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, em que alguns fumicultores cometeram suicídio.

*“Outra coisa que nós fizemos foi aplicar um questionário sobre depressão da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, eles têm uns questionários para diagnóstico, e assim chegava a quase 100% das pessoas que nós aplicamos o questionário que passavam do ponto de corte, outro tanto não passava, mas estava ali próximo, e é a depressão que leva ao suicídio né. E isso mostra que a depressão era uma coisa endêmica, que a existência de depressão naquelas pessoas que trabalham com fumo era na época uma coisa importantíssima”. (Dr.<sup>a</sup> R., médica entrevistada)*

Segundo Fialho (2006) os agricultores e agricultoras ao relatar seu mal-estar tem o corpo como referência, citando como mal-estar dores nas costas e nas pernas, dificuldades para dormir, irritabilidade, nervosismo, tonturas, vômitos, diarreia, dores de estômago, fraqueza, cabeça cheia e dores de cabeça. Constatando que este mal-estar aumenta no período da colheita do tabaco devido ao acúmulo de trabalho. Apesar do mal-estar se expressar em sintomas físicos Fialho (2006) afirma que tem repercussões na saúde mental dos agricultores e agricultoras.

Uma fumicultora aposentada entrevistada conta sobre a situação de saúde de seu marido, também fumicultor que cometeu suicídio, e a dificuldade em dar prosseguimento ao tratamento para depressão devido aos altos custos.

*“Ele tinha muita dor de cabeça, ele sempre reclamava que tinha dor de cabeça. Aí ele ficou baixado (hospitalizado) no hospital no Agudo, mas tratando outras coisas assim, a dor de cabeça. Aí ele foi pro hospital da Vila. Depois ele foi no especialista em Santa Maria, aí ele disse que tinha que fazer tratamento, e ele fez, e depois ele não quis mais fazer o tratamento, porque era muito caro. Naquela época não era como agora, naquela época não tinha os meios que tem agora, naquela época era tudo pago, tudo pago. Naquela época não era assim, ele sempre tinha medo de passar fome, de faltar dinheiro, ele tinha medo de tudo”.* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultora aposentada entrevistada)

Os agricultores e agricultoras também se referem ao problema de ficar “nervoso”, Fialho (2006) associa essas descrições de “nervoso” como preocupações do trabalho como “sentimento de não conseguir cumprir as atividades planejadas do dia-a-dia, a falta de recursos materiais e insatisfações, entre outros (FIALHO, 2006, p. 184).

*“Ele começou a ficar sozinho, se isolar e se atacar dos nervos”.* (Sr.<sup>a</sup> S, fumicultora entrevistada)

*“Naquela época a gente dizia que era para tratar dos nervos, deveria ser um psiquiatra”.* (Sr.<sup>a</sup> S, fumicultora entrevistada)

*“Mas ele estava tão atacado dos nervos assim que ele não viu mais que ele ia conseguir pagar as despesas, não conseguiu mais administrar aquilo dali”.* (Sr.<sup>a</sup> S, fumicultora entrevistada)

É possível identificar nestas falas de uma das entrevistadas que o fumicultor que cometeu suicídio estava tão preocupado e em situação de sofrimento intenso que não conseguiu mais dar conta da organização do trabalho, o que pode ter colaborado para o suicídio.

Em seu estudo sobre saúde mental em assentamentos rurais, Silva, M., et al. (2016), identificaram 39 “caso-problema” relativos a transtornos mentais comuns e uso problemático de álcool. Quanto ao indicativo de transtornos mentais comuns os autores apontam que os

sujeitos da pesquisa “reconhecem facilmente o resultado da pesquisa, porque sentem cotidianamente alterações de humor, medo, tristeza, ansiedade, solidão, queixam-se de variados sintomas físicos como dores e fadiga, sentem-se isolados, incapazes de trabalhar, sem autonomia para tomar decisões, enfim, insatisfeitos com a vida” (SILVA, M., et al., 2016, p. 207).

Drebes (2019), salienta para o expressivo número de casos de depressão nos fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, e o aumento na utilização de medicação antidepressiva.

Nos discursos dos entrevistados foi predominante as falas sobre a depressão, sobre como seus familiares que cometeram suicídio encontravam-se em situação de depressão, nervosismo e isolamento, uma das entrevistadas também cita o uso de medicação para tratar depressão.

*“E era a maldita depressão né”* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultora aposentada entrevistada)

*“A gente já tinha constatado o quadro de depressão dele depois que ele perdeu o emprego provisório que ele tinha, ele já tinha alguns problemas lá no emprego anterior de convivência com colegas, mas ele tinha algum quadro de depressão. A gente estava tentando acertar uma oferta para tirar ele de lá, porque a gente percebeu que ele estava com depressão”.* (Sr. P., agricultor entrevistado)

*“Depressão, muitos deles (fumicultores) tem depressão, afirmam que tem depressão, tratam depressão, tomam remédios”.* (Sr.<sup>a</sup> A, extensionista rural social entrevistada)

*“Então ele também apresentava esses problemas de depressão e nervosismo, e as vezes ele se isolava, que a gente entende que é um dos sintomas do processo que é o isolamento. Ele se isolava, não conversava muito. E o meu irmão quando entrou nessa fase de não sair de casa, não conversar com as outras pessoas é que a gente sentiu que ele estava ruim. E nesse período ele passou aqui com o pai a mãe, mas ele pediu, depois, que ele não queria mais vir aqui. Foi uma coisa estranha a gente não entendeu muito bem, e depois ele cada vez se isolou mais”.* (Sr. P., agricultor entrevistado)

Outro fator em comum que surgiu nas entrevistas foi a associação de suicídios e histórico de transtornos mentais em familiares, o que também foi percebido por Silva, M., et al. (2016),

“alguns indicam histórico de transtornos mentais na família, o que facilita o reconhecimento de que algo não vai bem.” (p. 207).

*“Eu acho que ele piorou mais foi quando o irmão se matou né. E depois a irmã também se atirou no açude. Aí ele vivia cuidando dela. É isso aí eu acho que já vem de família. Mas eu pra mim foi desde aquela vez que o irmão se matou que ele pegou aquele trauma, e naquela época a gente não sabia o que era isso, essa depressão”.* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultora aposentada entrevistada)

*“Ele era uma pessoa bem alegre, o que a gente começou a notar foi mesmo isso ali que foi a preocupação dele, e também desde que os irmãos de suicidaram, primeiro foi uma irmã e depois esse irmão dele. E ele estava junto levando esse irmão para o médico quando aconteceu que o irmão se atirou na frente de um ônibus. Nas conversas que a gente tinha, ele sempre falava que eles não podiam ter deixado ele descer do carro, que tinham que ter imaginado que ele ia tentar fazer alguma coisa.”.* (Sr.<sup>a</sup> S, fumicultora entrevistada)

*“É, a gente tinha noção até porque o meu pai tinha problema de depressão”.* (Sr. P., agricultor entrevistado)

Para Dejours e Bègue (2010, p.31) não existe uma “separação dos espaços entre trabalho e fora-do-trabalho”, por isso quando há uma situação de sofrimento causada pelo trabalho as relações no espaço privado também são afetadas. Segundo os autores, “aquele que, no espaço do trabalho, se confronta com dificuldades materiais ou relacionais, aquele que está sobrecarregado - tanto ele como os seus colegas – leva as preocupações causadas por seu trabalho para o espaço doméstico” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 32).

Pensando na organização da família rural, dos fumicultores, que realizam suas atividades de trabalho em família, que todos os membros, sejam mulheres, idosos e/ou crianças, precisam trabalhar no cultivo do tabaco para garantir a reprodução da família, estas relações podem estar ainda mais fragilizadas, tendo em vista que o sofrimento pode ser vivenciado por todos os familiares, que também são colegas de trabalho.

Dentre os aspectos negativos com a produção de tabaco os/as agricultores/as citam a insatisfação com a remuneração obtida com o tabaco, “além do não-reconhecimento social pelo trabalho realizado” (FIALHO, 2006, p. 178). Para Fialho (2006) o não-reconhecimento pelo

trabalho realizado e a insatisfação com a baixa remuneração está associado as consequências nas vidas dos/as agricultores/as, já que impossibilita a realização de sonhos e limita a aquisição do mínimo necessário.

Esta situação de insatisfação e frustração foi mencionada por um dos entrevistados, principalmente o descontentamento econômico, citando, inclusive que muitos destes fumicultores buscam que seus filhos tenham condições para sair desta cadeia produtiva do tabaco.

*“Frustrações por causa da safra, não realização daquilo que sonharam quando eram jovens, por que as pessoas, a grande maioria da juventude quando opta por plantar fumo acaba imaginando um ganho muito superior à agricultura num geral, e este ganho, esta renda não se confirma, então há um sentimento muito grande, e se nota um sentimento de frustração em muitas pessoas quando chegam ali na casa dos 40, 45 e 50 anos e não realizaram aquilo que sonharam com 18, 20 anos quando decidiram seguir plantando fumo igual a família plantava, ou até quando decidiram ampliar a produção de fumo. Porque a grande maioria também diz isso ‘eu estou tentando colher mais, produzir mais pra meus filhos poder estudar, avançar e fazer outra coisa’, isso era muito presente, o pessoal dizia ‘nós estamos fazendo isso pra vocês não precisarem fazer’, mas muitos acabavam se frustrando porque não realizavam economicamente aquilo que sonhavam”.*  
(Sr. A., trabalhador entrevistado)

Em seu estudo Fialho (2006) constatou, a partir dos discursos dos/as agricultores/as, que o trabalho é de desprazer muito mais do que prazer, “os agricultores e agricultoras identificam muito mais o trabalho com atividades relacionadas ao sofrimento, ao desprazer, a uma rotina a ser cumprida ‘sem muitas escolhas’ e com papéis definidos a cumprir no dia-a-dia das propriedades agrícolas” (FIALHO, 2006, p. 186).

Apoiado em Dejours (1994), podemos pensar que a subordinação dos agricultores e agricultoras as empresas fumageiras poderia ser considerada uma forma de trabalho perigosa ao aparelho psíquico, ou seja, ao desejo e às motivações, uma vez que esse trabalho desenvolvido no tabaco pelos agricultores e agricultoras não é de “todo” livre. O desejo do sujeito é, isso sim, bloqueado, conforme Birmam (1999), impedindo esse movimento do desejo, que impossibilita ao sujeito a realização de um trabalho de criação sempre recomeçado. (FIALHO, 2006, p. 186).

Segundo Fialho (2006) os agricultores e agricultoras não dominam mais as técnicas de produção de trabalho, sendo que isso fica claro em seus discursos e no modo que descrevem o

trabalho como rotineiro, repetitivo, exaustivo e cansativo. Não sendo possível perceber a criação, ou seja, espaço de negociação para que os agricultores e agricultoras possam intervir com seu saber e sua criatividade no processo de trabalho.

Entre o atual estado do mundo do trabalho e a possibilidade de transformá-lo, há ainda uma etapa intermediária que deve ser pensada como condição sine qua non da mudança: trata-se da capacidade dos homens e das mulheres que trabalham repensarem a relação com o trabalho a partir de descrições científicas diferentes dessas que prevaleceram nos últimos tempos (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 55).

Loureiro, Costa e Santana (2016) em seu estudo evidenciam a forma que a saúde e o bem-estar mental são influenciados pelos lugares e ambientes de vida das populações. As autoras colocam como determinantes contextuais da saúde mental o ambiente físico e construído, ambiente socioeconômico e de interação social e cultural.

Tabela 1: Determinantes contextuais (ambiente físico e construído, ambiente socioeconômico e de interação social e cultural) da saúde mental.

<b>Características do ambiente físico e construído</b>	<b>Características do ambiente socioeconômico</b>	<b>Características do ambiente de interação social e cultural</b>
Habitação Saneamento Poluição Mobilidade e transporte Espaços verdes Qualidade ambiental Dispersão/concentração da população Desenho do espaço urbano Manutenção do espaço urbano Uso do solo Acesso a equipamentos e serviços Segurança	Pobreza Rendimento Emprego/Desemprego Educação Segurança alimentar	Redes sociais e de apoio Capital social Coesão social Identidade e pertença Racismo e discriminação social Justiça

Fonte: Loureiro, Costa e Santana (2016)

Loureiro, Costa e Santana (2016), apontam que espaços rurais e/ou de baixa densidade populacional associam-se a piores resultados em saúde mental, especialmente em estudos de

suicídio. As autoras destacam ainda que se considerado o resultado suicídio, a maioria dos estudos apontam taxas mais elevadas no meio rural que no meio urbano.

Loureiro, Costa e Santana (2016) encontraram na literatura três aspectos que caracterizam o espaço rural, contribuindo para piores resultados em saúde mental, sendo estes, o estilo de vida e cultura, o isolamento social e geográfico e a angústia social e econômica. Sendo que a angústia social e econômica se acentua em períodos de crise econômica e financeira.

Para Loureiro, Costa e Santana (2016) os espaços rurais, são em geral, territórios de maior vulnerabilidade, caracterizados por maior envelhecimento da população, baixa escolaridade, elevas taxas de inatividade, baixos rendimentos, más condições de habitação e baixa disponibilidade de infraestruturas que promovam adoção de práticas saudáveis.

Para Santana (2014 apud Belarmino et al., 2018, p. 102) “a saúde mental sofre efeitos do lugar e que os contextos de vida podem funcionar como amortecedores da vulnerabilidade ou como disparadores que conduzem ao sofrimento psíquico”.

Belarmino et al. (2018), apontam em seu estudo que foram observadas algumas condições que parecem favoráveis ao aparecimento de transtornos mentais comuns e uso problemático de álcool em três assentamentos no Rio Grande do Norte e quatro no Piau, sendo estas:

(...) pouca oferta de transporte público, dificuldade de acesso à rede pública de saúde, educação e assistência social, bem como ao crédito rural, irregularidade climática, dificultando as atividades agropecuárias, realização de atividades complementares à renda, além da ausência de áreas de convivência e lazer, baixa escolaridade, fragilidade nas relações comunitárias, na organização coletiva e participação política, carência de bases de apoio social e violência (BELARMINO et al., 2018, p. 107).

Apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, através da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que tem como objetivo promover a saúde das populações do campo, da floresta e das águas por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça, cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida, nesta não há nenhuma referência a saúde mental desta população. Na Política Nacional de Saúde Mental, também não há nenhuma diretriz específica de atenção e cuidado à saúde mental da população rural (BELARMINO et al., 2018).

As condições de vulnerabilidade psicossociais relativas à pobreza se agravam quando se trata das populações rurais. Indicadores socioeconômicos revelam que esses espaços, (...) ainda apresentam precárias condições de vida: baixo nível financeiro, desemprego, alto índice de não alfabetizados, de insegurança alimentar e mortalidade infantil para os padrões atuais; dificuldade no acesso aos serviços públicos e assistência técnica; precariedade das condições de trabalho e maior dependência dos programas de transferência de renda e falta de apoio social (SILVA et al., 2016, p. 201).

A pobreza, para Silva, M., et al. (2016), está para além da insuficiência de renda, incorporando outras dimensões, como o não acesso a bens, produtos e políticas, a pobreza é um fenômeno complexo relacionado à exclusão social, indigência, desfiliação, fragilização de laços sociais e pertencimento. Por tanto, “pobreza significa privação em diferentes dimensões relacionadas com a vida das pessoas” (SILVA, M., et al, 2016, p. 200). Das pessoas que vivem no campo um em cada quatro brasileiros está em situação de pobreza extrema (MELLO, 2005 apud SILVA, M., et al., 2016).

Para Siqueira (2012 apud SILVA, M., et al., 2016, p198), “a desigualdade e pobreza no Brasil, são processos históricos decorrentes da inserção periférica do país no modelo capitalista de desenvolvimento desigual e da precariedade das funções sociais do Estado”.

Os resultados da pesquisa de Silva, M., et al. (2016), em assentamentos rurais revela que “o nível de sofrimento de homens e mulheres que parecem mais sensíveis as características ambientais, sociais e culturais de seus territórios, se mostram mais vulneráveis aos problemas de depressão e ansiedade” (p. 203). Os autores ainda indicam como fatores associados à incidência de transtornos mentais comuns quadros de vulnerabilidade como desemprego, as dificuldades financeiras e situações de violência. Silva, M., et al. (2016, p. 205), apontam como disparadores do sofrimento “as questões de gênero, as condições de trabalho, a renda no cotidiano das famílias, a seca, a relação com os serviços de saúde, os modos de convivência comunitários e as dinâmicas familiares”. Tal correlação pode ser encontrada nos relatos dos entrevistados:

*“Um dia antes de ele se matar o Sr. M, o meu irmão, e meu sobrinho foram lá, pra levar ele no outro dia para Santa Maria pra consultar. Aí ele notou que eu ia falar aquilo para os guris né, aí o Sr. M disse ‘quem sabe nós viemos amanhã te buscar pra consultar?’ ‘não adianta ir’ ele disse (Sr. A). ‘Não, não adianta ir porque não temos dinheiro’. Mas nós tínhamos dinheiro naquela época né. Aí ele queria até dormir separado, quis dormir lá no quartinho para me deixar, porque eu não dormia mais de noite né. Porque qualquer movimento eu estava acesa né. Aí eu disse não adianta tu deitar lá Sr. A, que é pior pra*

*mim, porque toda hora tem que tá me levantando pra ir lá ver como é que tu tá, eu disse. Aí foi que ele deitou. Ele achava tudo difícil. Pra tudo ele achava dificuldade. Mas a gente tinha fartura de tudo, a única coisa era o fumo que tinha que plantar para ter um dinheiro forte né. As coisas na horta nós tínhamos tudo”.* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultora aposentada entrevistada)

Silva, M., et al. (2016), alertam para o típico movimento de retroalimentação que articula pobreza, desigualdade e saúde mental. Para Silva, M., et al (2016, p. 204) “a saúde mental está articulada as características dos territórios e ambientes vividos, às relações interpessoais, ao cotidiano marcado pelo isolamento físico e social”.

Silva, M. et al. (2016), destacam que a pobreza é um fator decisivo na saúde mental, “em conclusão, todas as desigualdades sociais e, de forma mais geral, todas as condições de exclusão e de sofrimento social podem fazer parte de um conceito mais amplo de pobreza e da sua associação com as doenças mentais” (SILVA et al, 2015, p. 62 apud SILVA, M., et al, 2016, p. 215).

Portanto, pode-se perceber que é comum a incidência de transtornos psiquiátricos e sofrimento mental nas populações rurais, em especial nos fumicultores que cometem suicídio. Como apontado pelos entrevistados e na literatura os fumicultores que cometeram suicídio apresentam mudança de humor/comportamento antes do episódio suicida, sendo que estes manifestavam ansiedade, agitação, dificuldade para dormir, depressão, sofriam dos “nervos”, tinham medo e por fim acabavam se isolando da família e amigos.

Com base na literatura e nas entrevistas realizadas foi possível identificar que os suicídios de modo geral, mas especialmente de agricultores, é mais frequente no sexo masculino, por isso no item a seguir será explorado melhor a questão do gênero no suicídio de fumicultores.

#### 5.4 A QUESTÃO DO GÊNERO NO SUICÍDIO DE FUMICULTORES

Segundo o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa Suicídio do estado do Rio Grande do Sul (2018) as notificações de tentativa de suicídios foram superiores na população feminina, correspondendo a 69% das notificações, já a população masculina ficou com 31% das notificações de tentativa de suicídio. No entanto, quanto as notificações de suicídio as proporções se invertem, sendo que a população masculina tem 79% das notificações de suicídio enquanto que a população feminina tem 21%.

De acordo com o Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa Suicídio do estado do Rio Grande do Sul (2018) a taxa de óbitos por suicídio no Brasil foi de 6,13 por 100 mil habitantes em 2016, representando 11.433 mortes por suicídio, sendo que a taxa de suicídios em homens é superior à taxa de suicídio em mulheres, significando uma taxa de 9,8 para homens e 2,5 para mulheres. No Rio Grande do Sul foram registrados 1.166 óbitos por suicídio no ano de 2016, correspondendo a uma taxa de 11,0 suicídios por 100.000 habitantes, aproximadamente o dobro da brasileira. Portanto a taxa de suicídio em homens foi de 17,8 e de 4,5 para mulheres.

Segundo Baère e Zanello (2018), no Distrito Federal a taxa de suicídio de homens também é superior à taxa de suicídio de mulheres, apesar destas tentarem mais suicídios que os homens, “ficando a média de óbitos anuais por suicídio de homens e mulheres no Distrito Federal no período entre 2010 e 2016, em torno de 99 homens e 32 mulheres” (BAÈRE e ZANELLO, 2018, p. 172).

Na suicidologia este fenômeno é conhecido como “paradoxo de gênero do comportamento suicida e possui diversas explicações para a sua ocorrência” (CANETTO e SAKINOFSKY, 1998 apud BAÈRE e ZANELLO, 2018, p. 173). Dentre as justificativas para explicar este fenômeno está a teoria da letalidade (CANETTO e SAKINOFSKY, 1998 apud BAÈRE e ZANELLO, 2018). Segundo esta teoria, apesar de as mulheres tentarem mais o suicídio, quem mais se mata são os homens, pois estes utilizam métodos mais letais, como por exemplo projétil por arma de fogo, enforcamento e precipitação de locais elevados (BAÈRE e ZANELLO, 2018).

Baère e Zanello (2018), também chamam a atenção para a possível subnotificação das tentativas de suicídio de homens, pois “homens costumam falar menos sobre seus estados emocionais” (ZANELLO, 2014 apud BAÈRE e ZANELLO, 2018, p. 173), já que “a expressão do sofrimento psíquico costuma ocorrer de forma distinta entre homens e mulheres, pois há valores e concepções aprendidas que atuam sobre a vivência e a externalização das emoções humanas” (SANTOS, 2009; ZANELLO & BUKOWITZ, 2011 apud BAÈRE e ZANELLO, 2018, p. 170).

A nível mundial esse perfil epidemiológico se repete, “segundo dados da OMS (2014), uma pessoa tira a própria vida a cada 40 segundos. A taxa mundial de suicídio no ano de 2012 foi de 11,4 por 100 mil habitantes (15 para homens e 8 para mulheres), o que equivale a 804 mil mortes” (SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 1). Meneghel et al. (2004), apontam que a taxa de suicídios para população em geral do Rio

Grande do Sul é média, porém quando observamos estas taxas de suicídio na população masculina esta situação se modifica, encontrando-se níveis altos.

Uma classificação da mortalidade considera os coeficientes menores de 5/100.000 como baixos; os situados entre 5 e 15 médios; entre 15 e 30 altos e os maiores de 30, muito altos. Segundo esse critério a mortalidade por suicídio no Rio Grande do Sul pode ser considerada como média para a população total, porém para o contingente masculino os patamares encontram-se em níveis altos e com tendência ascendente. (MENEGHEL et al., 2004, p. 808)

Outros estudos também apontam para a taxa de suicídios no sexo masculino ser maior que no sexo feminino (MENEGHEL et al., 2004; FARIA et al., 2006; VIANA et al., 2008; MENEGHEL e MOURA, 2018; DREBES, 2019). Alguns destes estudos apontam justificativas para esta situação, como destacam Meneghel e Moura (2018, p. 1139):

A masculinidade em sociedades rurais tradicionais está vinculada: ao estereótipo do homem provedor, do chefe de família que precisa sustentar a casa, demonstra força e coragem, decide o que plantar e quando vender, faz empréstimos e hipotecas ou veta qualquer empreendimento que lhe pareça arriscado. Porém, quando esse homem perde a propriedade da terra e precisa migrar para a cidade, se não consegue trabalho, ele passa a ser considerado um incapaz e pode pensar em se matar.

Em uma das entrevistas essa situação fica evidente quando a esposa explica que quem ficava responsável pela plantação, organização do trabalho e negociações era o marido.

*“É ahram, era ele né. Quando era pra vender ia os dois junto, pra vender na firma, mas pra lidar com o dinheiro e essas coisas tudo era o marido né”.* (Sr.<sup>a</sup> O., fumicultura aposentada entrevistada)

Faria et al. (2006), em seu estudo sobre suicídio no Rio Grande do Sul, encontraram que as taxas de suicídio no sexo masculino são superiores às do sexo feminino, a proporção de suicídios entre 1994 e 1998 foi de 4:1. Do total de 4.766 suicídios de 1994 a 1998, 3.084 foram de homens e 962 foram de mulheres. Faria et al. (2006), também identificaram associação entre suicídio masculino e a religião protestante. No estado do Rio Grande do Sul a religião protestante está relacionada a origem étnica, principalmente germânica, ou seja, descendentes de alemães.

Viana et al. (2008), em seu estudo sobre a prevalência de suicídios no Sul do Brasil, entre 2001 e 2005 constatou que o suicídio na população masculina foi predominante nos cinco anos em comparação com a população feminina. Nas entrevistas realizadas este foi um fato em

comum, a incidência de suicídios na população masculina, como pode ser constatado em alguns trechos das entrevistas a seguir.

*“Um fato que se nota bastante é o fato de serem todos homens, de todos os casos que eu lembro nesses 23 anos que estou aqui, apenas 1 foi de mulher. E dos jovens agora, também são todos meninos”.* (Sr.<sup>a</sup> A., extensionista rural social entrevistada)

*“Pelo que eu acompanho nos estudos são mais homens”.* (Sr.<sup>a</sup> R., representante do MPA entrevistada)

Meneghel et al. (2004), apontam para o número de suicídio entre o sexo masculino ser expressivamente superior ao sexo feminino. Para as autoras esta situação é resultado do papel social do homem como constituidor e provedor da família, deixando-o mais sensível a problemas econômicos como desemprego e empobrecimento, e mais propensos ao suicídio.

*“Desses mais antigos dos fumicultores ‘chefes de família’ uma das questões é o endividamento, o próprio trabalho com o fumo, a falta de perspectivas e talvez a ação do agrotóxico que a gente não tem comprovação, mas sabe que existe”.* (Sr.<sup>a</sup> A., extensionista rural social entrevistada)

Especificamente nas situações de sofrimento entre os homens, Silva, M., et al. (2016), destacam como fatores disparadores e agravantes dos quadros de nervosismo e ansiedade, a ausência de autonomia/segurança financeira, receio de perder a terra, não poder trabalhar por motivo de doença e ainda os desafios na complementação da renda para o sustento mensal (dívidas e sobrecarga de trabalho). Segundo os autores, “os homens destacam o receio de não proverem renda suficiente para o sustento da família e a importância de trabalharem na própria terra” (SILVA, M., et al., 2016, p. 2008) como fatores que contribuem para seu adoecimento.

As dificuldades financeiras e a incerteza econômica aumentam a vulnerabilidade e problemas de saúde mental. Fatores como o desemprego, o empobrecimento, o endividamento e a perda de estatuto socioeconômico estão associados ao agravamento de perturbações depressivas, perturbações de ansiedade, consumo de substâncias e suicídio (SILVA, CARDOSO, SARACENO e ALMEIDA, 2015, p. 62 apud SILVA, M., et al., 2016, p. 211).

Em seu estudo sobre suicídio de fumicultores no Vale do Rio Pardo, Drebes (2019) afirma que os suicídios são mais recorrentes no sexo masculino, e associa este fenômeno ao

ideário de honra/desonra atrelado aos valores de sua identidade étnica. A autora ainda vincula a questão do suicídio ao endividamento dos fumicultores.

Para Drebes (2019, 91) “devido ao modelo de masculinidade, os fumicultores são desincentivados de conversar com outros indivíduos do sexo masculino sobre seus problemas pessoais ou profissionais, mesmo sendo membros da família ou da comunidade verdadeiramente próximos”, pois seria sinônimo de fracasso masculino. Já com as mulheres é possível que os homens exponham seus problemas por não se sentirem julgados pelo sexo oposto, “evitando que o homem tenha que pôr à prova sua masculinidade” (DREBES, 2019, p. 91).

Em uma das entrevistas, o irmão de um fumicultor que cometeu suicídio falou sobre a importância do tratamento em saúde mental, e denunciou a falta de visibilidade dos casos de suicídio de fumicultores, além da necessidade de discutir amplamente sobre tal situação.

*De Agudo a gente sempre fica sabendo, algumas notícias vagas, mas fica sabendo, essas coisas nunca são muito discutidas na sociedade, o que eu acho um problema, o pessoal não quer discutir esse problema, e eu acho que isso é um ponto chave para o tratamento. É uma coisa que acontece, que sempre aconteceu na sociedade, mas acho que é um pouco de falta de percepção das pessoas sempre evitarem esse tipo de discussão, principalmente de discutir causa e razão. O que mais a gente percebesse é que eles tentam culpar alguém ou algumas coisa, mas é uma culpa bem vaga, de tentar culpar algo bem específico, porque também algumas vezes pode ser o veneno, mas eu acho que é bem mais amplo. É uma falta de percepção da sociedade de discutir isso e estabelecer um processo, talvez acadêmico, já que social, dentro da mídia é mais difícil, que não acontece, porque quando a gente começa a discutir sobre isso as pessoas ficam constrangidas, querem evitar a discussão. No caso do meu irmão as pessoas tentavam muito culpar alguém ou alguma coisa para se sentirem melhor, mas sem entender que é um processo, e como evitar isso. (Sr. P., agricultor entrevistado).*

A narrativa deste participante da pesquisa corrobora com a ideia que Dejours e Bègue (2010), de que apesar do sofrimento as pessoas devem falar para se reorganizar psiquicamente e dar outro sentido ao sofrimento.

(...)quando a situação de trabalho está degradada a ponto de provocar suicídios, o silêncio instala sua lei implacável. Para poder pensar e reelaborar a experiência do trabalho vivo, é necessário passar, inevitavelmente, pela palavra. Pois falar a alguém

que escuta é, e continuará sendo sempre, a maneira mais vigorosa de catalisar o pensamento” (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 56).

Perante a questão do sofrimento dos homens, Dejours e Bègue (2010) afirmam que os homens criam estratégias coletivas de defesa contra o medo e o sofrimento no trabalho. Em suas palavras:

As estratégias coletivas de defesa, anteriormente prevalentes no mundo do trabalho, eram direcionadas não apenas contra a percepção do medo, mas, de forma mais abrangente, contra toda expressão de sofrimento no teatro do trabalho. "Um homem deve suportar o sofrimento sem pestanejar", "um homem não reclama, não choraminga". "É viril o homem insensível à dor". "É digno o homem que não deixa transparecer o seu sofrimento" (DEJOURS e BÈGUE, 2010, p. 20).

Zanello (2016) apoiada em Badinter (1992) aponta que ser homem em nossa cultura ocidental é uma construção. Tal construção do “ser homem” é uma constituição subjetiva influenciada através de dispositivos, “em nossa cultura, destaca-se, na contemporaneidade, o dispositivo da eficácia para os homens através da afirmação da virilidade sexual e laborativa” (ZANELLO, 2016, p. 235).

No sistema capitalista o valor do trabalho (como atividade) “atingi um valor moral, como parâmetro de julgamento de um homem” (ZANELLO, 2016, p. 235), sendo assim, “o verdadeiro ‘**macho**’ seria considerado o provedor das necessidades da família, ainda que sua mulher trabalhe remuneradamente, contribuindo para o orçamento doméstico” (ZANELLO, 2016, p. 236, grifo do autor), e quando o homem é incapaz de prover as necessidades da família, mesmo que seja por motivos de saúde, é considerado “menos homem”.

Segundo Santos (2009, p. 1178) “a experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente e traz em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica”. Portanto o adoecimento mental dos homens está permeado pelo modelo de homem ideal da atual sociedade ocidental, ou seja, “a vivência de cada um como mulher ou como homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social” (SANTOS, 2009, p. 1178).

Este modelo ideal de homem para sociedade ocidental moderna é denominado de masculinidade hegemônica, segundo Cornwall e Lindisfarne (apud SANTOS, 2009, p. 1178) “a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível - na prática e de forma consistente e inalterada - por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre todas as mulheres um efeito controlador”.

Zanello (2016), ainda destaca que situações estruturais, como algum problema físico ou mental, que coloquem em xeque a possibilidade da eficácia ou sua perda quanto ao desempenho, produtividade, sucesso profissional e/ou financeiro, geralmente se constituem como experiências de grande sofrimento para os homens. Portanto, “esse sofrimento deve ser compreendido para além da situação, pois o que se coloca em xeque é a possibilidade (identitária) do exercício de certa masculinidade” (ZANELLO, 2016, p. 237).

Para Santos (2009, p. 1180), “uma vez perdida a identidade de trabalhador ou de estudante devido ao adoecimento psíquico, os homens enfrentam maiores dificuldades de reinserção social e reconstrução da identidade anterior”. Portanto a autora destaca que o adoecimento psíquico de homens é acompanhado pela questão do estigma, já que “estar doente para os homens resulta em fracasso social; assim, torna-se uma condição não tolerada pela família e sociedade” (SANTOS, 2009, p. 1180).

Em uma pesquisa num Centro de Atenção Psicossocial de Brasília, realizada por Zanello, Fiuza e Costa (2015), foi encontrado como principal queixa dos homens, fonte de sofrimento, relacionada ao dispositivo da eficácia, a virilidade laborativa, ou seja, não conseguir ser provedor da família (ZANELLO, 2016).

Silva, E., et al. (2016), pesquisaram sobre transtornos mentais comuns em homens e mulheres de assentamentos rurais nos estados do Rio Grande do Norte e Piauí, como resultado obtiveram que “o percentual de participantes acima do ponto de corte em ambos os estados foi um pouco acima dos 15%” (SILVA, E., et al., 2016, p. 250). Os homens apresentaram sobrecarga de trabalho na agricultura, aparecimento de doenças, perda da vitalidade física e maior incidência de sintomas somáticos, sendo estes fatores apontados pelos entrevistados como disparadores do adoecimento mental (SILVA, E., et al., 2016).

Quanto a sobrecarga de trabalho, Silva, E., et al. (2016), apontam que o trabalho na agricultura apresenta alta carga de insegurança e é realizado em condições precárias. Silva, E., et al. (2016), também indicam que o surgimento de doenças é uma das causas para o afastamento do trabalho e o surgimento de sentimentos de inutilidade em homens por depender dos cuidados de familiares. Conforme Nardi (1998, apud SILVA, E., et al., 2016) a falta de vitalidade (sentir-se cansado com facilidade) implica aos homens do campo uma vivência de impotência e sentimento de vergonha.

Como já apontado, apesar de as mulheres tentarem mais o suicídio, são os homens quem mais o comentem. Alguns fatores podem explicar este fato, um deles é o paradoxo de gênero do comportamento suicida, que argumenta que os homens se suicidam mais por optarem por métodos mais eficazes. Especificamente nos casos de suicídio dos fumicultores acredita-se que

os fatores que podem contribuir para o suicídio são o nervosismo e a ansiedade, a depressão, a ausência de autonomia/segurança financeira, as dívidas e a sobrecarga de trabalho. Para além destes fatores também há a questão da perda de identidade masculina quando o homem não consegue “arcar com suas responsabilidades”, como de provedor da família e provar virilidade laborativa. Todos estes fatores podem causar efeitos nas subjetividades masculinas acarretando no adoecimento mental dos fumicultores, e posteriormente suicídio dos mesmos.

## CONCLUSÃO

A pesquisa Suicídio de fumicultores a partir da percepção de familiares no Rio Grande do Sul foi realizada com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/RS - ASCAR e do CEREST, representante do MPA e informante-chave da comunidade. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise com base na análise do discurso.

Esta pesquisa teve como propósito identificar quais fatores socioculturais e psicológicos podem estar associados ao suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul. A partir das entrevistas realizadas emergiram alguns fatores em comum nas narrativas dos sujeitos da pesquisa no que se refere à relação com as fumageiras, como o endividamento e a falta de autonomia dos fumicultores nas negociações relacionadas aos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização. Também é possível identificar prevalência de suicídio no sexo masculino, o que é associado ao estereótipo ligado a imagem do homem do campo, bem como a mudança de humor/comportamento do fumicultor antes do episódio suicida.

Este estudo indica que os fumicultores apresentam dificuldades nas negociações relacionadas, principalmente, a comercialização do tabaco, e problemas com endividamento devido ao alto investimento necessário para produção de fumo. Apesar dos índices de reajustes de preços do fumo e comercialização serem negociados na Comissão Técnica Mista, composta por representantes das indústrias fumageiras e dos fumicultores, os agricultores tem problemas com suas entidades representativas que nem sempre defendem os interesses de seus representados, deixando-os numa situação desfavorável quanto as negociações. O alto valor investido para financiar a estrutura de produção do fumo, preço elevado dos insumos e o baixo preço de venda do tabaco são apontados como fatores negativos pelos fumicultores. Gerando um alto custo de produção e baixo rendimento muitos fumicultores citam o endividamento como um grave problema na fumicultura.

Pode-se perceber também a ocorrência de transtornos psiquiátricos e sofrimento mental nos fumicultores. De acordo com os relatos narrativos dos familiares os fumicultores que cometeram suicídio apresentavam sintomas de ansiedade e depressão, como agitação, sofriam dos “nervos”, tinham dificuldade para dormir, e por fim acabavam se isolando.

Neste estudo foi predominante os casos de suicídio de fumicultores do gênero masculino, o que é associado ao estereótipo ligado a imagem do homem do campo como aquele que é o chefe e provedor da família. Sendo assim, os homens são atravessados por um ideal de masculinidade em que são fortes, viris e não reclamam do trabalho, constituindo a imagem de

homem trabalhador. Tal modelo de masculinidade hegemônica, que não é alcançável na prática, causa efeito nas subjetividades, tanto masculina quanto feminina. Nos homens pode haver perda da identidade masculina quando este não consegue “arcar com suas responsabilidades”, como de provedor da família e provar virilidade laborativa. Acredita-se que os fatores que podem contribuir para o suicídio de homens fumicultores são o nervosismo e a ansiedade, a depressão, a ausência de autonomia/segurança financeira, as dívidas e a sobrecarga de trabalho.

Outros fatores em comum que surgiram nas entrevistas foram o uso abusivo de agrotóxicos, trabalho intenso, trabalho infantil, o período em que acontecem os suicídios de fumicultores, e as intoxicações por agrotóxicos e nicotina, que podem ser melhor explorados em estudos posteriores. O suicídio caba por ser um fenômeno comum no cotidiano dos fumicultores, tendo importantes consequências para saúde mental, sendo considerado um problema de saúde pública no Brasil

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos**. 1. ed. Curitiba: SK editora Ltda. 2005. 166 p.

BAÈRE, F. de; ZANELLO, V. O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia**. v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2018000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008)>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BELARMINO, V. H. et al. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais. IN: DIMENSTEIN, M. et al (orgs). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016. p. 95-117.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Descritores em Ciências da Saúde**. Disponível em: <<https://decs.bvsalud.org/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BONATO, A. A. Conjuntura: Fumo. A fumicultura e a Convenção-Quadro desafios para a diversificação. **DESER: Curitiba**. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a-ratificacao-da-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-pelo-brasil-2004.pdf>>. Acesso em: 28 maio, 2020.

BRASIL. **Portaria n 2.866, de 02 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), Brasília, DF, 02 DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866\\_02\\_12\\_2011.html#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Portaria%20institui%2C%20no,especificidades%20de%20g%C3%AAnero%2C%20gera%C3%A7%C3%A3o%2C%20ra%C3%A7a](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Portaria%20institui%2C%20no,especificidades%20de%20g%C3%AAnero%2C%20gera%C3%A7%C3%A3o%2C%20ra%C3%A7a)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução n 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Resolução n 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

CASTRO, L. S. P. DE; MONTEIRO, J. K. Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoece somente quem fuma, mas também quem planta. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3, p.

790, 1 dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2016V22N3P790>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CARGNIN, M. C. DOS S. et al. Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v25n2/0104-0707-tce-25-02-2940014.pdf>>. Acesso em 29 maio, 2020.

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Regiões de Saúde**. Disponível em: <<https://www.cosemsrs.org.br/regioes-de-saude>>. Acesso em: 20 out. 2020

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio no trabalho: o que fazer?** 1ª. ed. Brasil: Paralelo 15, 2010. 128 p.

DEJOURS, C. Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. [**Entrevista disponibilizada em 01 de fevereiro de 2010, a Internet**]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>>. Entrevista concedida a Ana Gershenfeld. Acesso em 14 jan. 2021.

DREBES, L. M. **Suicídio de fumicultores familiares: construções de um problema social**. Tese (Doutorado Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18608/TES\\_PPGER\\_2019\\_DREBES\\_LAILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18608/TES_PPGER_2019_DREBES_LAILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 7 dez. 2020.

DRIESSNACK, M; SOUSA, V. D.; MENDES, I. A. C. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: part 2: desenhos de pesquisa qualitativa. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, SP. 15(4), 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt\\_v15n4a25.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt_v15n4a25.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2018.

FIALHO, R. R. Os sentidos do trabalho para os agricultores e as agricultoras familiares de pequenas unidades produtoras de tabaco no município de Santa Cruz do Sul/RS. IN: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (orgs). **A Produção de Tabaco: Impacto no Ecossistema e na Saúde Humana na Região de Sanca Cruz do Sul**. 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 170-195.

FALK, J. W. et al. **Suicídio e doença mental em Venâncio Ayres – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?** Relatório Preliminar de Pesquisa. UFRGS, Porto Alegre, 1996.

FERREIRA, M. A. F. Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardinho: cotidiano subalterno e a difícil mudança. IN: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (orgs). **A Produção de Tabaco: Impacto no Ecossistema e na Saúde Humana na Região de Sanca Cruz do Sul**. 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 142-169.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidades**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/paraiso-do-sul/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LAURENTINO, J. A. **Análise da cadeia produtiva do tabaco e dos impactos socioeconômicos da cultura do fumo nas propriedades rurais de Lajeado Biriva, município de Três de Maio, RS.** 2013. 96 p. Trabalho de Conclusão de curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três de Maio, RS, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/87428>>. Acesso em: 28 maio, 2020.

LIMA, R. G. DE. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, n. 18, p. 190–225, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222007000200010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200010&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 22 set. 2020.

LOUREIRO, A.; COSTA, C.; SANTANA, P. Determinantes da saúde mental. IN: DIMENSTEIN, M. et al (orgs). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016. p. 73- 93.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia qualitativa e quantitativa. IN: MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 295-346. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/32!/4@0:0>>. Acesso em: 1 out. 2019.

MENEGHEL, S. N.; MOURA R. Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. **Interface.** Botucatu, SP. 22(67), p. 135-46, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832018005002105&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018005002105&lang=pt)>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MENEGHEL, S. N. et al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 6, p. 804–810, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102004000600008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000600008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MENGEL, A. A.; AQUINO, S. L. DE. A cadeia produtiva do tabaco como campo de disputas. **Mundo Agrário**, v. 18, n. 38. 2017. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe057>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** Hucitec-Abrasco: São Paulo- Rio de Janeiro. 2º ed, 269 p., 1993.

MINAYO, M. C. S. (orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Vozes: Petrópolis. 21º ed, 80 p., 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Suicídio: saber, agir e prevenir. Boletim epidemiológico.** Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde. n. 30, v. 48, 2017. 15 p. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-aten--ao-a-sa--de.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MURAKAMI, Y. et al. Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 113, p. 563–576, abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000200563&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000200563&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 29 maio, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do Suicídio: Um Manual Para Profissionais da Saúde em Atenção Primária. Transtornos Mentais e Comportamentais.** Departamento de Saúde Mental, Genebra, 2000. 22 p. Disponível em: <[https://www.who.int/mental\\_health/prevention/suicide/en/suicideprev\\_phc\\_port.pdf](https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2020.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, E. A. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4797–4808, dez. 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014001204797&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001204797&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, A. M. C. C. DOS. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177–1182, ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000400023&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400023&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio. **Centro Estadual de Vigilância em Saúde**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/05162957-boletim-de-vigilancia-epidemiologica-de-suicidio-n1-2018.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

SILVA, E. et al. Saúde mental, condições de vida e gênero: transtornos mentais comuns em assentamentos rurais. IN: DIMENSTEIN, M. et al (orgs). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016. p.195-220.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transição**. 2002. 279 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

SILVA, M. et al. Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. IN: DIMENSTEIN, M. et al (orgs). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016. p.195-220.

Souza Cruz. **Sistema integrado**. Disponível em: <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/conheca-o-sistema-integrado>>. Acesso em: 23 set. 2020.

SUPORTE GEOGRÁFICO. **Mapa das Mesorregiões do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://suportegeografico77.blogspot.com/2018/04/mapa-mesorregioes-do-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TRAPÉ, A. Z.; BOTEAGA, N. J. Inquérito de morbidade autorreferida e exposição a agrotóxicos. IN: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (orgs). **A Produção de Tabaco: Impacto no**

Ecossistema e na Saúde Humana na Região de Santa Cruz do Sul. 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 116-140.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de dissertações e teses da UFSM: estrutura e apresentação.** Santa Maria, RS. Editora UFSM, 2015, 88 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0ZjVFjTsQo-ZkU3QU81S1RxSkU/view>. Acesso em: 29 out. 2019.

VARGAS, M.A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba-SP, v. 50, nº 1, p. 175-192, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a10v50n1.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

VIANA, G. N. et al. Prevalência de suicídio no Sul do Brasil, 2001-2005. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria.** Rio de Janeiro, RJ. 57(1), p. 38-43, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852008000100008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852008000100008&lang=pt)>. Acesso em: 17 nov. 2020.

VOGT, P. O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849- 1993).** 1994. 256 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1994. Disponível em em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27825/D%20-%20VOGT%2c%20OLGARIO%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 maio, 2020.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. IN: DIMENSTEIN, M. et al (orgs). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016. p.195-220.

## **ANEXOS**

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

## **ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**Título do estudo:** Suicídio de fumicultores a partir da percepção de familiares no Rio Grande do Sul

**Pesquisador responsável:** Professora Tatiana Dimov

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Terapia Ocupacional

**Telefone para contato:** (55)984680368

**Local da coleta de dados:** Residência pessoal do participante

Eu, Tatiana Dimov, responsável pela pesquisa *Suicídio de fumicultores a partir da percepção de familiares no Rio Grande do Sul*, o convido a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende identificar que fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul. Acreditamos que ela seja importante pois o Rio Grande do Sul é estado do Brasil que aponta a taxa mais alta de suicídio do país, uma das hipóteses para esta situação seriam as condições de trabalho, visto que neste estado há predomínio do setor agrícola, sendo a profissão que está em segundo lugar com maior frequência de suicídio é de agricultores/lavradores. Diante desta situação se faz importante detectar os fatores de risco associados ao suicídio de fumicultores, de modo que se possam traçar estratégias para prevenir o adoecimento dessas pessoas, pois ainda não há ações de saúde específicas a esta população.

Para sua realização será feito o seguinte: serão realizadas entrevistas com familiares de fumicultores que cometeram suicídio, trabalhadores da EMATER/ RS-ASCAR e do CEREST, representante do MPA e informante-chave da comunidade. Sua participação constará de relatos narrativos que serão obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, de acordo com sua percepção sobre determinada situação.

O participante, a princípio, não sofrerá risco, mas poderá sentir cansaço e desconforto pelo tempo que envolve a entrevista e por ter de relembrar algumas situações que já vivenciou e que possam ter causado sofrimento. Caso isto venha acontecer, o pesquisador poderá concluir a entrevista e responsabilizar-se-á por avaliar a situação e acompanhará o participante por um período até que considere que o desconforto advindo da participação da pesquisa tenha sido

superado. Caso ainda assim observe-se desconforto e/ou sofrimento será mediado por profissional da saúde. Além disso, o participante terá total liberdade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Para o participante, os benefícios serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção do saber em saúde pública e saúde mental, bem como para novas pesquisas a serem desenvolvidas sobre essa temática. As respostas dos participantes a partir de suas percepções irão ajudar a identificar os fatores socioculturais e psicológicos que podem estar associados ao suicídio de fumicultores.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. Você assinará as duas vias desse termo, e uma será entregue a você.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

---

Assinatura do(a) voluntário(a)

---

Tatiana Dimov

Santa Maria \_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

## ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

### Termo de Confidencialidade

**Título do estudo:** Suicídio de fumicultores a partir da percepção de familiares no Rio Grande do Sul

**Pesquisador responsável:** Professora Tatiana Dimov

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Terapia Ocupacional

**Telefone para contato:** (55)984680368

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes/voluntários cujos dados serão coletados através de entrevista semiestruturada. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas somente para fins de pesquisas. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na sala 4017 do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria no prédio 26D, endereço Santa Maria- CEP 97105-900, Avenida Roraima nº 1000, por um período de 5 anos sob a responsabilidade do Prof.(a) Pesquisador (a) Tatiana Dimov. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 25/03/2019, com o número do CAAE 05491018.5.0000.5346.

---

Tatiana Dimov

Santa Maria \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

## ANEXO C- AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### Autorização Institucional

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, responsável pelo \_\_\_\_\_, autorizo a realização do estudo *Suicídio de fumicultores a partir da percepção de familiares no Rio Grande do Sul*, a ser conduzido pelas pesquisadoras Tatiana Dimov e Jovana Bernardt.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

---

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Santa Maria, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO MPA E  
TRABALHADORES DA EMATER-RS/ASCAR E CEREST

## APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES

### Roteiro de Entrevista com Familiares

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Entrevista nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Início: \_\_\_\_\_ Término: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

#### ROTEIRO DA ENTREVISTA:

1. Conte sobre o envolvimento do seu familiar com o plantio de fumo: quando essa atividade se iniciou, se a terra para plantio é (ou era) da família, se a família já tinha tradição no plantio de fumo.
2. Seu familiar vivia na propriedade em que era feito o plantio?
3. Quem morava com ele?
4. Quem eram os responsáveis pelo trabalho na terra, especificamente no plantio do fumo? (verificar se o fumicultor trabalhava diretamente na terra e se outros parentes ou contratados o ajudavam de forma física ou sazonal)
5. Qual a distância entre a casa da família e a área do plantio de fumo?
6. Algum tipo de insumo agrícola (verificar especificamente se eram usados: agrotóxicos) era usado no plantio?
7. Se sim, qual?
8. A propriedade tem outras produções agrícolas (horta ou pomar para consumo próprio ou para venda)?
9. O produtor tinha algum tipo de contrato com indústrias fumageiras?
10. Se sim, explique com suas palavras, como se dá o contrato entre a fumageira e o produtor.
11. Nos seis meses que antecederam o suicídio, a família percebeu algum tipo de alteração de comportamento nesse familiar? Se sim, descreva.
12. Data em que o familiar cometeu suicídio? Corresponde a qual período da safra?
13. Como foi a comercialização do fumo (boa, superou as expectativas, ruim, o valor foi baixo) no ano em que o familiar cometeu suicídio?

14. Na sua avaliação, haviam fatores que causavam estresse ou tristeza em seu familiar?

Explique.

15. Qual o local que o familiar cometeu o suicídio e como foi?

16. Seu familiar chegou a buscar profissionais da saúde mental para atendimento? Se sim, quem foram os profissionais.

17. A família atribui o suicídio a alguma causa em específico? Se sim, qual?

18. Sua região teve outros casos de suicídio? Se sim, cite os casos dos últimos cinco anos, dizendo a atividade profissional das pessoas.

## **APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORES**

### **Roteiro de Entrevista com Trabalhadores da EMATER/RS – ASCAR e CEREST, representante do MPA e informante-chave da comunidade**

#### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Entrevista nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Início: \_\_\_\_\_ Término: \_\_\_\_\_

Atividade que exerce: \_\_\_\_\_

Instituição de trabalho: \_\_\_\_\_

#### **2. ROTEIRO DA ENTREVISTA:**

1. Há quanto tempo você trabalha na instituição?
2. Qual a região de abrangência da sua atuação?
3. Quantos fumicultores teve a oportunidade de acompanhar ao longo da sua carreira?
4. Você conhece algum caso de fumicultor que cometeu suicídio?
5. A entidade faz algum tipo de registro dos casos de suicídio de fumicultores?
6. Se sim, explique como é feito o registro e quais os resultados obtidos até aqui.
7. Na sua opinião/percepção existem fatores comuns entre os casos de suicídio de fumicultores?  
Explique.
8. Na sua opinião/percepção existem fatores psicológicos ou socioculturais que possam estar associados aos casos de suicídio de fumicultores?